

FACULDADES EST  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO PROFISSIONAL EM TEOLOGIA

FILIPPE RASSEN ROZIQUE

OS CÓDIGOS LEGAIS DO PENTATEUCO E AS LEIS DE HOMICÍDIO

São Leopoldo

2018



FILIPPE RASSEN ROZIQUE

OS CÓDIGOS LEGAIS DO PENTATEUCO E AS LEIS DE HOMICÍDIO

Trabalho Final de  
Mestrado Profissional  
Para a obtenção do grau de  
Mestra em Teologia  
Faculdades EST  
Programa de Pós-Graduação  
Mestrado Profissional em Teologia  
Área de Concentração: Teologia  
Sistemática  
Linha de Pesquisa: Leitura e Ensino da  
Bíblia

Orientador: Prof. Me. Verner Hoefelmann

São Leopoldo

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R893c Rozique, Filipe Rassen  
Os códigos legais do Pentateuco e as leis de homicídio /  
Filipe Rassen Rozique; orientador Verner Hoefelmann. – São  
Leopoldo : EST/PPG, 2018.  
74 p. : il. ; 31 cm

Dissertação (Mestrado) – Faculdades EST. Programa  
de Pós-Graduação. Mestrado em Teologia. São Leopoldo,  
2018.

1. Bíblia – Pentateuco – Crítica, interpretação, etc. . 2.  
Homicídio. 3. Direito – Ensino bíblico. I. Hoefelmann, Verner.  
II. Título.

Ficha elaborada pela Biblioteca da EST

FILIPPE RASSEN ROZIQUE

**OS CÓDIGOS LEGAIS DO PENTATEUCO E AS LEIS DE HOMICÍDIO**

Trabalho Final de  
Mestrado Profissional  
Para a obtenção do grau de  
Mestra em Teologia  
Faculdades EST  
Programa de Pós-Graduação em Teologia  
Área de Concentração: Teologia  
Sistemática  
Linha de Pesquisa: Leitura e Ensino da  
Bíblia

Data de Aprovação: 24 de abril de 2018

Prof. Me. Verner Hoefelmann - Faculdades EST

---

Prof. Dr. Nelson Kilpp - Faculdades EST

---



*A Deus, que mantém aceso em mim um grande desejo pelo conhecimento da sua palavra.*



## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus pela sua imensurável graça em minha vida.

Aos meus pais, pelo esforço, amor e apoio incondicional desde os primeiros dias de minha alfabetização até hoje.

E à minha esposa, por me mostrar todos os dias como a vida é bela.



*Eu sou o Senhor teu Deus, que te tirei da terra do Egito, da casa da servidão.*

Êxodo 20.2



## RESUMO

O presente trabalho final aborda o tema da lei bíblica no Pentateuco e, mais especificamente, das leis aplicadas a casos de homicídio. O trabalho está dividido em três partes. Primeiro serão abordados aspectos gerais sobre a lei bíblica e indicadas as dez principais características da lei veterotestamentária. Em seguida, o segundo capítulo abordará a temática da lei a partir de uma análise sistemática dos blocos legais no Pentateuco: decálogo, código da aliança, código deuteronomico e código de santidade. Por fim, o último capítulo abordará especificamente a aplicação da lei em casos de homicídio, primeiro, na história de Caim e Abel, e depois, nos textos legais.

**Palavras-chave:** Lei. Códigos Legais. Homicídio.



## **ABSTRACT**

This final paper deals with the theme of the biblical law in the Pentateuch, and, more specifically, of the laws applied to homicide cases. The work is divided into three parts. First, general aspects about biblical law will be dealt with and the ten main characteristics of the Old Testament law will be indicated. Following, the second chapter will deal with the theme of the law based on a systematic analysis of the legal blocks in the Pentateuch: Decalogue, alliance code, Deuteronomic code and the holiness code. Finally, the last chapter will deal specifically with the application of the law in homicide cases, first, in the story of Cain and Abel, and later, in the legal texts.

**Keywords:** Law. Legal Codes. Homicide.



# SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>17</b>
<b>2 CARACTERIZAÇÃO DA LEI BÍBLICA</b> .....	<b>19</b>
<b>2.1 Lei Bíblica</b> .....	<b>19</b>
<b>2.2 Características da Lei Bíblica</b> .....	<b>21</b>
2.2.1 A Lei Bíblica é similar à lei do Antigo Oriente Próximo .....	21
2.2.2 A Lei Bíblica é diferente da lei do Antigo Oriente Próximo.....	22
2.2.3 A Lei Bíblica não é como a Lei moderna .....	24
2.2.4 A lei bíblica está atrelada com a história do envolvimento de Deus com a humanidade .....	25
2.2.5 A lei bíblica é parte integral da vocação de Israel.....	27
2.2.6 A lei bíblica é didática e incompleta.....	27
2.2.7 A lei bíblica depende da retórica e da arte literária para transmitir o significado.....	28
2.2.8 A lei bíblica recebe novas expressões conforme Deus faz mais para Israel. ....	29
2.2.9 A lei bíblica é expressão de sabedoria. ....	31
2.2.10 A lei bíblica é relacional.....	31
<b>3 AS LEIS BÍBLICAS DO PENTATEUCO</b> .....	<b>37</b>
<b>2.1 Lei no Pentateuco</b> .....	<b>37</b>
2.1.1 Decálogo.....	37
2.1.2 O código da aliança .....	42
2.1.3 Código de Deuteronômio .....	47
2.1.4 Código da Santidade.....	52
<b>4 LEIS SOBRE O HOMICÍDIO</b> .....	<b>55</b>
<b>4.1 Caim e Abel: A gênese do homicídio</b> .....	<b>56</b>
<b>4.2 Homicídio em Êxodo</b> .....	<b>59</b>
<b>4.3 Homicídio em Deuteronômio</b> .....	<b>61</b>
<b>4.4 Homicídio em Números</b> .....	<b>64</b>

**5 CONCLUSÃO ..... 69**

**REFERÊNCIAS..... 71**

# 1 INTRODUÇÃO

Na última semana, ao ler no noticiário que um jovem brasileiro havia matado seu próprio irmão com uma facada no pescoço, por conta de uma discussão acalorada, lembrei-me do sexto mandamento (“não matarás”), e questionei-me mais uma vez sobre a aplicabilidade das leis veterotestamentárias na vida de um cristão hoje, sob o aspecto ético e jurídico.

Não precisamos refletir muito para perceber que algumas nuances daquilo que está estabelecido no Antigo e Novo Testamento ainda permeia a vida cotidiana das pessoas no séc. XXI. Alguns exemplos dessa influência são a observância de um dia de descanso, o uso de linguagem bíblica (bode expiatório), virtudes como misericórdia, amor ao próximo, perdão, casamento monógamo, entre outros.

Este trabalho nasce da pergunta pela relação entre as leis do Antigo e Novo Testamento e, ainda mais especificamente, questiona a respeito do sentido jurídico e ético de tais leis hoje. Ao que me parece, o ser humano reunido em grupo necessita criar regras, estatutos, limites que norteiam a convivência. As relações veterotestamentárias são, de igual forma, construídas via sistematizações de leis e regras que podem ser vistas em diversos códigos legais, assim como em textos antigos de outros povos vizinhos a Israel. Esse trabalho foi construído por meio de uma pesquisa minuciosa, restrita, contudo, ao referencial teórico escolhido das leis veterotestamentárias.

Com respeito ao conteúdo do trabalho, no primeiro capítulo abordaremos, ainda que de forma breve, a lei no Antigo Testamento, sua definição e suas características, resumidas em dez principais.

No segundo capítulo serão analisados os códigos legais do Pentateuco: Decálogo, Código da Aliança, Código Deuteronomico e Código de Santidade. A análise feita neste capítulo partirá de uma investigação histórico-social do contexto e aplicação da lei em cada código legal, levando em conta a estruturação do texto, crítica literária, crítica histórica e análise de conteúdo.

Por fim, no terceiro capítulo serão investigados os textos legais que tratam sobre a temática do homicídio no Pentateuco. A escolha deste crime específico tem

a ver com o meu interesse como pesquisador do direito, e por pensar que tal estudo abrirá novas possibilidades de pesquisa comparativa entre a lei no mundo bíblico e a lei hodierna. Ademais, o índice de criminalidade e violência nas grandes metrópoles encontra-se em níveis absurdos. Um exemplo está nos dados da cidade de São Paulo. Somente no mês de dezembro de 2017 foram cometidos: 14.164 roubos, 120 homicídios, 209 estupros, além de quase 4.000 casos de lesões corporais. Estes números assustadores são ainda maiores se contarmos os casos não contabilizados nos distritos policiais desta importante metrópole brasileira. Outrossim, tal número cresce assustadoramente em âmbito nacional. Mais de 75% dos crimes estão concentrados em aproximadamente 10% das cidades brasileiras. As taxas de maior incidência nos casos de homicídios localizam-se na faixa etária dos 15-29 anos de idade. Entre 2005 e 2015, mais de 318 mil jovens foram assassinados. Desta forma, nos voltaremos para a narrativa de Caim e Abel e com os desdobramentos dessa história.

Finalmente, nos ateremos a leis específicas concernentes ao homicídio, a partir de casos bíblicos que nortearão nossos resultados e descobertas.

## 2 CARACTERIZAÇÃO DA LEI BÍBLICA

Este capítulo visa responder à pergunta: o que é a lei bíblica e quais são as suas principais características? Para isso utilizaremos como texto base o capítulo "O caráter da lei bíblica" do livro "Deus, lei e sociedade", de Jonathan Burnside<sup>1</sup>, juntamente com outras literaturas que auxiliarão no diálogo.

### 2.1 Lei Bíblica

Não há uma resposta simples à pergunta: o que é lei bíblica? A análise da lei na Bíblia é complexa e multifacetada, envolvendo uma gama de ensinamentos e gêneros textuais. Jonathan Burnside<sup>2</sup>, concernente à definição da lei bíblica, diz que a torah pode ser entendida a partir de significados amplos. Primeiro, pode ser entendida como um conjunto de preceitos legais em forma de 613 ordenanças ou proibições; ou como a consequência de uma decisão jurídica; ou ainda como um corpo de ensinamentos abrangendo todo ensinamento dado por Moisés – figura central na composição da lei judaica – no Pentateuco. Muitas outras vezes elas tornam-se sinônimo da própria *palavra de Deus (Torah e Dabar)*. Por último, já no campo do Novo Testamento, são entendidas como *aio* para humanidade.

No hebraico, o termo תּוֹרָה *tôrâ* refere-se àquilo que traduzimos como lei. Tal termo é polissêmico, podendo ser traduzido como instrução, lei, código de leis ou costume.<sup>3</sup> O termo pode indicar um ensino "por um sacerdote ou rabi (Jr 18.18), uma coleção de oráculos proféticos (Is 8.16), parte do livro de Deuterônimo ou menores coleções de leis, os primeiros cinco livros da Bíblia (Js 1.7-8), ou todas as escrituras judaicas (Dn 9.10) (tradução nossa)."<sup>4</sup> No total, *tôrâ* em sua forma substantival aparece 220 vezes, sendo apenas 7 vezes no livro de Êxodo (12.49; 13.9; 16.4.28;

<sup>1</sup> BURNSIDE, Jonathan. **God, Justice and Society**: aspect of law and legality in the Bible. New York: Oxford, 2011.

<sup>2</sup> BURNSIDE, 2011, p. XXX-XXXII

<sup>3</sup> "תּוֹרָה," BROWN, F; DRIVER, S.R; BRIGGS, C. A. **A Hebrew and English Lexicon of the Old Testament**. Oxford: Clarendon, 1907. p. 435. Disponível em <accord://read/BDB\_Complete#11760>. Acesso em 10 jun. 2017.

<sup>4</sup> "BIBLE" SHEPPARD, G. T. In: FREEDMAN, D, N. **Eerdmans Dictionary of the Bible**. Eerdmans. 2000. p. 178. Disponível em: <accord://read/Eerdmans\_Dictionary#4677>. Acesso em 10 jun. 2017. ("It may indicate normative teaching by a priest or later rabbi (Jer. 18:18), a written collection of prophetic oracles (Isa. 8:16), parts of the book of Deuteronomy or other smaller collections of laws, the first five books (Josh. 1:7-8), or all of Jewish Scripture (cf. Dan. 9:10).")

18,16.20; 24.12) e 22 vezes em Deuteronômio, tendo sua maior ocorrência em Salmos (36 vezes).

No Novo Testamento, o termo equivalente à lei é *νόμος* – *nomos*. De acordo com o dicionário<sup>5</sup>, pode ser traduzido como: 1. Uma prática que tenha se estabelecido como costume, regra ou norma; 2. Sistema legal ou constitucional de leis; 3. Coleção de escritos sagrados para o povo de Deus. O termo ocorre 194 vezes, sendo Paulo o maior expoente: somente no livro de Romanos o termo aparece 74 vezes, e em Gálatas, 32 vezes, o mesmo número utilizado em todos os evangelhos somados.<sup>6</sup>

Portanto, em ambos os testamentos o termo *lei* é amplo e não se restringe a um contexto jurídico. Também se deve ressaltar que as leis bíblicas não devem se restringir, apenas, às ordenanças e proibições, pois se referem desde as decisões e julgamentos judiciais até aplicação práticas de algumas regras à sociedade. Em geral, elas apontam para um modelo ético, moral e espiritual, que serve para orientar o povo de Deus em sua caminhada histórica. De acordo com Burnside, a lei bíblica “pode ser encontrada em diferentes níveis, incluindo: preceitos legais individuais, coleções legais, decisões judiciais, sabedoria e outros”.<sup>7</sup> De fato, pode-se entender a lei bíblica como uma junção de todas essas coisas. Por isso, um estudo das leis bíblicas necessitaria de uma pesquisa ampla e detalhada que, infelizmente, não é possível dentro das limitações deste trabalho. Contudo, esboçaremos o contexto histórico e legal dos códigos legais nos diferentes períodos do Antigo Testamento.

Para a análise das características das leis bíblicas, ter-se-á como base o capítulo “O caráter da Lei Bíblica” do livro “Deus, justiça e sociedade”, de Jonathan Burnside. Nessa obra o autor cita dez particularidades das leis bíblicas, que serão expostas a seguir.

---

<sup>5</sup> “νόμος,” DANKER, F. W. **A Greek- English Lexicon of the New Testament and other early Christian Literature**. 3 ed. Chicago: Chicago Press, 2000. p. 677. Disponível em <accord://read/BDAG#15944>. Acesso em 10 jun. 2017.

<sup>6</sup> Disponível em <Accordance Bible Software>.

<sup>7</sup> BURNSIDE, 2011, p. XXXII. (“*can be found at all sorts of different levels, including: individual legal precepts, legal collections, judicial decisions, wisdom, and so on*.”) (tradução nossa).

## 2.2 Características da Lei Bíblica

### 2.2.1 A Lei Bíblica é similar à lei do Antigo Oriente Próximo

Não é possível voltarmos no tempo para comparar a lei bíblica de Israel com a lei do Antigo Oriente Próximo. No entanto, descobertas arqueológicas e paleontológicas nos ajudam a fazer aproximações e distanciamentos. A arqueologia atualiza, por meio de descobertas, conhecimentos a respeito da lei do Antigo Oriente Próximo, que em muitos casos, é correlata com a lei bíblica. Somente no último século houve o descobrimento de vários *corpus legais* do Antigo Oriente: Leis do rei Ur-Nammu, do rei Lipit-Ishtar, leis do reino de Eshunna, leis de Hammurabi, leis hititas, entre outras.<sup>8</sup> Esses documentos legais retratam a vida social, como contrato de casamento e disputas de terra, ajudando-nos a criar um melhor cenário da cultura analisada.

Segue uma lista das principais similaridades entre as leis do Antigo Oriente Próximo e leis judaicas encontradas por Burnside: 1) Ambas possuem normas compartilhadas envolvendo casos de aborto e violação de uma noiva; 2) Ambas se baseiam em costumes sociais comuns; 3) Ambas utilizam formas legais como a lei casuística 4) Caracterizam-se pela falta de definições legais e utilização de casos para exemplificação da lei; 5) Não são bases legais extensas, mas configuram-se em pequenos documentos; 6) Acreditam que a divindade tem autoridade última sobre a lei; 7) Ambas possuem a presença de um líder que administra as leis ao povo.<sup>9</sup>

De acordo com Johnson, as similaridades em conteúdo e forma acontecem devido ao compartilhar de um mesmo contexto histórico, político e econômico. O autor cita algumas destas similaridades: Êxodo 21.24 corresponde às seções 196, 197 e 200 do código de Hammurabi; Tanto Êxodo 21.28-36 como o código Eshnunna contém material semelhante sobre um boi que chifrar alguém; Deuteronômio 22.23-27 e seção 197 do código hitita são semelhantes nas leis sobre violação.<sup>10</sup>

---

<sup>8</sup> BURNSIDE, 2011, p. 3

<sup>9</sup> BURNSIDE, 2011, p. 5-6

<sup>10</sup> JOHNSON, B. Law in the Hebrew Bible. In BARRY, J. D; BOMAR, D; BROWN et al. (Orgs.). **The Lexham Bible Dictionary**. Bellingham, WA: Lexham Press, 2016

Como afirma o comentário bíblico contextual do Antigo Testamento em sua secção sobre a lei, “comparar a lei da Bíblia com as antigas coleções de direito do Oriente Próximo pode nos ajudar a entender o conceito de lei e ordem, bem como os fundamentos filosóficos e teológicos da lei.”<sup>11</sup> (tradução nossa). Além disso, nos possibilita fundamentar historicamente a lei bíblica de acordo com a tradição do Antigo Oriente Próximo auxiliando na memória da tradição legal bíblica.

### 2.2.2 A Lei Bíblica é diferente da lei do Antigo Oriente Próximo

Apesar de haver um grande número de semelhanças entre a lei do Antigo Oriente Próximo e a lei bíblica, há que se chamar a atenção para as diferenças entre elas. Primeiro, a lei bíblica é apresentada como vinda diretamente de Deus. Dessa forma, a autoridade máxima não é o rei, que não possui palavra inalterável e ilimitada. Como afirma Frank Crüsemann,<sup>12</sup> “a noção básica que a lei israelita é um enunciado direto de Deus não é comum no mundo antigo”. Ao contrário, a lei bíblica impõe limitação ao rei, a exemplo de Deuteronômio 17. 14-20<sup>13</sup>, que fala dos deveres de um rei:

<sup>14</sup>Quando entrares na terra que te dá o Senhor, teu Deus, e a possuíres, e nela habitares, e disseres: Estabelecerei sobre mim um rei, como todas as nações que se acham em redor de mim,<sup>15</sup>estabelecerás, com efeito, sobre ti como rei aquele que o Senhor, teu Deus, escolher; homem estranho, que não seja dentre os teus irmãos, não estabelecerás sobre ti, e sim um dentre eles.<sup>16</sup>Porém este não multiplicará para si cavalos, nem fará voltar o povo ao Egito, para multiplicar cavalos; pois o Senhor vos disse: Nunca mais voltareis por este caminho.<sup>17</sup>Tampouco para si multiplicará mulheres, para que o seu coração se não desvie; nem multiplicará muito para si prata ou ouro.<sup>18</sup>Também, quando se assentar no trono do seu reino, escreverá para si um traslado desta lei num livro, do que está diante dos levitas sacerdotes.<sup>19</sup>E o terá consigo e nele lerá todos os dias da sua vida, para que aprenda a temer o Senhor, seu Deus, a fim de guardar todas as palavras desta lei e estes estatutos, para os cumprir.<sup>20</sup>Isto fará para que o seu coração não se eleve sobre os seus irmãos e não se aparte do mandamento, nem para a direita nem para a esquerda; de sorte que prolongue os dias no seu reino, ele e seus filhos no meio de Israel.

<sup>11</sup> WALTON, J. H., MATTHEWS, V. H.; CHAVALAS, M. W. **The IVP Bible Background Commentary: Old Testament**. Downers Grove: InterVarsity Press, 2000, p. 24. Disponível em <accord://read/IVP-OT\_Commentary#340>. Acesso em 10 jun. 2017. (“Comparing the law of the Bible to the ancient Near Eastern law collections can help us to understand both the concept of law and order as well as the philosophical and theological underpinnings of the law.”)

<sup>12</sup> CRÜSEMANN, F. *A Torá: Teologia e história social da lei do Antigo Testamento*. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 15.

<sup>13</sup> A BÍBLIA Sagrada. Tradução João Ferreira de Almeida. Ed. rev. e atual. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1997. Cf. Dt 17. 14-20.

Além disso, no Antigo Oriente próximo a lei é assegurada pelo rei como parte de seu reinado. O rei é responsável pelos decretos públicos e manutenção da ordem e da justiça.<sup>14</sup> A lei bíblica antiga coloca Moisés como mediador da Torah (terceira forma de transliteração), contudo, o próprio Deus como autor destas leis. A consequência disto é que:

Primeiro, significava que toda a ofensa era tida como pecado. Eles não afetaram apenas as relações humanas, mas também a relação entre Deus e as pessoas. A falta de observância da lei era uma violação da aliança entre Deus e Israel que era susceptível de provocar o julgamento divino. Segundo, se a lei vem de Deus, toda a vida está relacionada com Deus, portanto, é natural que as coleções de lei contenham referência a deveres religiosos e sociais. Nós já observamos essa característica em todas as coleções bíblicas de direito. Em terceiro lugar, o dever de manter a lei caiu sobre todos os israelitas, não apenas o rei. Então, todos os israelitas deveriam saber e ensinar a lei, especialmente aos membros de sua família.<sup>15</sup>

Assim, outra diferença concerne à ideologia e função da lei. A lei na Bíblia tem como função primordial a aplicabilidade, enquanto no Antigo Oriente Próximo tal função não pode ser encontrada. Victor Matthews afirma que, primordialmente, a lei “funcionou como um meio de identificar as pessoas com a aliança”.<sup>16</sup> A aliança é um tratado entre duas pessoas, seja entre Deus e o ser humano ou entre humanos. Viver em aliança é ter responsabilidade e liberdade diante de Deus e dos outros. Por isso, sacerdotes, juízes, reis e profetas são conclamados a chamar o povo à obediência da lei.

Em quarto lugar, a lei bíblica contém profundo conteúdo e objetivo didático. A lei é instrução perfeita que possibilita o ser humano a ser sábio e deve ser passada às gerações vindouras. Em sequência, outra diferença observada é que a lei bíblica deixa de abordar várias temáticas importantes para outros códigos legais do Antigo Oriente Próximo. Um exemplo deste caso são leis referentes a como se desposar (?) de presentes e terras no caso da morte do noivo ou da noiva antes do

<sup>14</sup> GREENGUS, S. Law: Biblical and ANE Law. In: FREEDMAN, D. N. (Org.). **The Anchor Yale Bible Dictionary**. Vol. 4. New York: Doubleday. 1992. p. 244

<sup>15</sup> WENHAM, G. J. In the Old Testament. In: WOOD D. R. W; MARSHALL, I. H; MILLARD A. R., et al. (Orgs.), **New Bible Dictionary**. 3 ed. Leicester, England; Downers Grove, IL: InterVarsity Press. 1996. p. 674.

<sup>16</sup> “LAW,” MATTHEWS, V. H. In: FREEDMAN, D. N. **Eerdmans Dictionary of the Bible**. Eerdmans. 2000. p.795.

casamento. Tal lei não pode ser encontrada no Antigo Testamento, no entanto, está presente na Mishná.<sup>17</sup>

Por fim, as duas últimas diferenças entre as leis dizem respeito à distinção no conteúdo e contexto literário das mesmas. Quanto ao conteúdo, as distinções observadas foram: as leis das *mishpatim* e Deuteronômio utilizam a segunda pessoa do singular no pronunciamento da lei o que difere da lei do Antigo Oriente Próximo, também há na lei bíblica uma vasta utilização de leis apodíticas. Referente ao contexto literário é possível perceber a lei bíblica como tratado entre Deus e o povo de Israel, contudo que não tem o intuito de trazer glória a Moisés, diferente das leis de Hamurabi que procuravam a glorificação do rei.<sup>18</sup> Com isso, a comparação entre a lei bíblica e a do Antigo Oriente Próximo precisa ser efetuada com cautela, tomando em conta o contexto original de surgimento, função destas leis, assim como as suas similaridades e diferenças.

### 2.2.3 A Lei Bíblica não é como a Lei moderna

Tal asserção, ainda que óbvia, precisa ser lembrada a muitos pregadores que tendem a sacralizar a cultura bíblica. O distanciamento geográfico, temporal, espacial, político, social significa que a lei bíblica está muito distante da lei moderna.

Burnside<sup>19</sup> aponta duas diferenças entre a lei bíblica e a lei moderna: 1) A lei bíblica aponta restrições para ações privadas (Ex 20.7) e em âmbito subjetivo, como o pensamento (Dt 29.18-20), áreas que estão além da capacidade da lei moderna; 2) A interpretação da lei ocorre de forma narrativa e não semântica. A lei bíblica é imagística enquanto a lei moderna é literal. Assim, enquanto a lei bíblica utiliza casos e narrativas, a lei moderna procura interpretar as leis com base em conceitos. Na aplicação da lei, as regras lidas literalmente abarcam qualquer caso incluído na interpretação do texto. Em contrapartida, as regras imagísticas aplicam-se apenas a casos típicos que vêm a mente.<sup>20</sup>

Outra diferença está no fato de que na tradição moderna a religião e o dever civil ocupam domínios separados. Na lei mosaica ambos os domínios são

---

<sup>17</sup> GREENGUS, 1992, p. 243-244

<sup>18</sup> BURNSIDE, 2011, p. 10

<sup>19</sup> BURNSIDE, 2011, p. 10-14

<sup>20</sup> BURNSIDE, 2011, p. 12

abrangidos na lei - regulando o culto, bem como o direito penal, o direito da família e as ofensas – ainda que muitas vezes as leis aparecem separadamente.<sup>21</sup>

A interpretação da lei bíblica antiga pressupõe um processo muito mais intuitivo do que literal. A narrativa permite uma criação criativa e livre. No entanto, a sanção pela quebra da lei não passava por um esquema sistemático do que deveria ser feito com o criminoso, mas com a análise de cada caso individualmente.

#### 2.2.4 A lei bíblica está atrelada com a história do envolvimento de Deus com a humanidade

Dois aspectos que estão ausentes na lei do Antigo Oriente Próximo e que são significativos para a lei bíblica são o mandamento de amor a Deus (Dt 6.5) e do amor ao próximo (Lv 19.18). Assim, amar a Deus com todo o coração, alma e força expressam a base da crença em um Deus único, como resposta à sua bondade e amor manifesto a nós. Obedecer seus mandamentos é sinal de temor a Deus, que em vários textos veterotestamentários são postos como o princípio do conhecimento de Deus e da sabedoria (Jó 28.28, Sl 11.10; Pv 1.7; Pv 9.10; Pv 15.33; Is 11.2; Is 33.6).

Tal ausência denota que a lei bíblica é muito mais do que um código e está ligada ao relacionamento de Deus com o seu povo.<sup>22</sup> Tal relacionamento tem a ver com o fato de que a lei veterotestamentária está baseada na aliança. Essa obediência à lei está arraigada no evento do êxodo. Javé relaciona-se com povo por meio de alianças em diversos tempos. A finalidade da aliança não é a obediência à lei em si mesmo, mas o relacionamento com Javé. A aliança representa uma atitude de amor e graça iniciada por Deus, “A lei da aliança expressa o amor de Deus e sugere a maneira como a humanidade deve viver afim de refletir o amor de Deus.<sup>23</sup> Israel é eleito por Javé para ser “reino sacerdotal e nação santa”(Ex 19.6). Tal eleição coloca Israel como uma nação modelo para outras nações, modelo que é promulgado pelo próprio Deus ao dar a Israel a lei, ou como sugere a palavra hebraica *torah*, as instruções.

<sup>21</sup> COCHRAN JR, Robert F; VANDRUNEN, DAVID (Eds.). **Law and the Bible**: Justice, Mercy and legal institutions. Downers Grove: InterVarsity Press, 2013. p. 89

<sup>22</sup> JOHNSON, 2016

<sup>23</sup> CRAIGIE, P.C. **The book of Deuteronomy**: The New International commentary of the New Testament. Grand Rapids, MI: Wm. B. Eerdmans Publishing Co. 1976. p. 67.

Ao dar a lei para Israel no Sinai, Javé estabelece a maneira como esse povo deveria viver e se comportar. A lei é a constituição dada no deserto afim de que o povo vivesse em uma teocracia. Toda nação necessita de uma lei que governe e reja os direitos e deveres de um povo. Javé é rei e o povo deveria temer e obedecer a Javé.

O maior exemplo disso é a alternância no livro do Êxodo entre textos legais e narrativas históricas. O livro é geralmente dividido em três partes: Israel no Egito, Israel no deserto e Israel no Sinai. Verificamos que alguns autores não concordam com a divisão de versículos. Por exemplo Römer, Macchi e Nihan<sup>24</sup> dividem o texto na seguinte sequência: Israel no Egito (1.1- 15.21); os deslocamentos no deserto (15.22 – 18.27); e o Sinai (19.1- 40.38). Pablo R Andíñach<sup>25</sup> divide o texto em Israel no Egito (1.1- 12.36); Do Egito ao Sinai (12.37 – 18.27); e a aliança no Sinai (19.1- 40.38). Por último, Dillard and Longman III<sup>26</sup> distinguem duas formas de estruturação, primeiro com base na localização: Israel no Egito (1.1- 13.16); Israel no Deserto (13.17 -18.27); e Israel no Sinai (19.1 - 40.38), ou com base no conteúdo: Deus salva Israel da escravidão (1.1 – 18.27); Deus dá a Israel a sua lei (19.1- 24.18); Deus ordena a Israel que construa o tabernáculo (25.1 – 40.38). Ambas as estruturas parecem congruente e aceitáveis.

A lei no decálogo inicia com as seguintes palavras “Eu sou o Senhor teu Deus, que te tirei da terra do Egito, da casa da servidão”<sup>27</sup>. Por isso, Burnside afirma que “a experiência de Israel do êxodo se torna a motivação para obedecer a lei”.<sup>28</sup> A experiência com Deus molda a identidade do povo, a lei está a serviço do relacionamento de Deus com seu povo.

---

<sup>24</sup> RÖMER, T; MACCHI, J; NIHAN, C. **Antigo Testamento: história, escritura e teologia**. São Paulo Loyola, 2004. p. 217

<sup>25</sup> ANDIÑACH, P.R. **O livro do êxodo: um comentário exegético-teológico**. São Leopoldo: Sinodal, 2010. p. 13

<sup>26</sup> DILLARD, R.B; LONGMAN, T. **Introdução ao Antigo Testamento**. São Paulo: Vida nova, 2006. p. 63.

<sup>27</sup> A BÍBLIA Sagrada. Tradução João Ferreira de Almeida. Ed. rev. e atual. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1997. cf. Ex 20.2.

<sup>28</sup> BURNSIDE, 2011, p. 15 (“*Israel’s experience of the Exodus becomes the motivation for obeying the law*”). (tradução nossa).

### 2.2.5 A lei bíblica é parte integral da vocação de Israel.

Burnside parte da premissa de que a lei bíblica é parte integral da vocação de Israel por Deus<sup>29</sup>. Na criação Deus transforma o caos em algo com forma, na criação Deus nos ensina que é autoridade suprema sobre o universo e o caminho da boa vida ao ser humano. No Jardim do Éden o ser humano transforma a forma em caos. Novamente, Deus escolhe Abraão para transformar o caos em forma. A aliança com Abraão deveria multiplicar sua própria descendência e abençoar a outros povos. Em Êxodo 19.6 o povo é chamado aabençoar outras nações, por ser um reino sacerdotal e um povo santo. Nesse intuito, Israel tem a seguinte missão:

O papel declarado de Israel dentro do propósito de Deus é servir as nações, mantendo-se no mesmo relacionamento com elas, como um sacerdote em relação ao povo do Tabernáculo, ou Templo, do Deus de Israel. Entre outras coisas, significa a forma como Israel pretende ser um canal de bênção para o mundo, da mesma maneira que um sacerdote é um canal de bênção de Deus para as pessoas<sup>30</sup>

A lei, para Israel, é o ideal de Deus para seu povo. A lei revela o caráter de Deus. Assim, a obediência à lei é uma forma de promulgação de Deus aos povos. O povo deveria obedecer à lei não apenas pelo seu aspecto moral, mas porque se tratava da missão de Deus para seu povo. A lei promove uma comunidade que vive o projeto de Deus. A lei não ensinava o povo a somente *agir* de certa forma, mas a *ser*.

### 2.2.6 A lei bíblica é didática e incompleta.

A lei bíblica é didática, pois confere a possibilidade de ensino. A lei surge a fim de poder organizar a vida. Dentro das possibilidades semânticas do termo *torah*, instrução é a que melhor cabe em relação à aplicabilidade didática da lei. A lei é instrução. As instruções de Jetro a Moisés foram: “ensina-lhes os estatutos e as leis e faze-lhes saber o caminho em que devem andar e a obra que devem fazer.” Em Deuteronômio 6.7-9, a lei deve ser obedecida e passada de geração em geração:

<sup>29</sup> BURNSIDE, 2011, p. 16.

<sup>30</sup> BURNSIDE, 2011, p. 16 (“*Israel’s declared role within the purpose of God is to serve the nations by standing in the same relationship to them as a priest stands in relation to the people at the Tabernacle, or Temple, of Israel’s God. Among other things, it signifies the way in which Israel is intended to be a conduit of blessing to the world, in the same way that a priest is a conduit of God’s blessing to the people.*”) (tradução nossa).

tu as inculcarás a teus filhos, e delas falarás assentado em tua casa, e andando pelo caminho, e ao deitar-te, e ao levantar-te. Também as atarás como sinal na tua mão, e te serão por frontal entre os olhos. E as escreverás nos umbrais de tua casa e nas tuas portas.

Os pais são responsáveis por ensinar a criança. No *shema*, primeira palavra da oração de grande importância na fé judaica realizada todos os dias, há o mandamento de atar como sinal na mão e por entre os olhos e de escrever nos umbrais das casas gerou práticas literais como o Filactério e o Mezuzá. O primeiro é uma faixa de pergaminho enrolado no braço e preso na frente com escritos religiosos utilizado nas orações. O segundo é uma placa fixada nos umbrais com o mandamento de Deuteronômio 6.4-9 e 11.13-21<sup>31</sup>. Em Provérbios a criança é instruída a *ouvir*, não *abandonar* (Pv 1.8), não *esquecer*, *guardar* (Pv 3.1) e *viver* os mandamentos (Pv 7.2).

Além disso, para Burnside a lei bíblica também é incompleta, o que não quer dizer que seja insuficiente. Ao dizer que é incompleta ele se refere ao seu aspecto parcial e objetivo. A lei não pressupõe julgamento e instrução a todos os casos possíveis, apenas aos previstos na narrativa. Por isso, é comum a prática de consulta aos líderes religiosos para julgamento de casos. Assim, ao lidar com questões que não estão explícitas na lei bíblica, o Israelita deve recorrer à experiência prática e de meditação na *Torah*. Em alguns casos deve recorrer à instância superior, procurando o discernimento prático para o caso. A lei bíblica é incompleta, pois parte da narrativa de casos concretos, mas que ao mesmo tempo não abrange todos os casos possíveis.

#### 2.2.7 A lei bíblica depende da retórica e da arte literária para transmitir o significado

Outro aspecto da lei refere-se à sua dependência da retórica. A lei escrita foi, por muito tempo, promulgada oralmente. Primeiro, dada oralmente por Deus a Moisés, depois por Moisés ao povo, e de geração a geração. A tradição oral da lei deseja convencer o ouvinte do discurso. A lei enquanto discurso persuade o ouvinte à obediência dos mandamentos. A lei relaciona-se à retórica por desejar que o ouvinte seja afetado pelo discurso e modifique sua ação. A lei pode ter a função de acrescentar um comportamento ausente no ouvinte, repreender um comportamento presente, instruir a substituição de um comportamento por outro, recomendar a

<sup>31</sup> CHRISTENSEN, D. L. **Deuteronomy 1–21:9**. Vol. 6A, p. 143 Dallas: Word, 2001. p. 143.

adoção de um sentimento. O discurso da lei deve trazer transformação.<sup>32</sup> Enquanto escrita, a lei ganha um novo público alvo, o leitor. Este, independentemente da época, entende os mandamentos como aplicáveis a si. Por isso, interpreta e atualiza os mandamentos para sua vivência. Para Burnside, “a retórica é outra maneira pelo qual a lei se diferencia da lei moderna”. O autor cita o exemplo do julgamento moral por trás de certos mandamentos que intuem mudar determinada ação. Por exemplo, ao dizer em Levítico 18.17 que o relacionamento sexual com mãe e filha é *zimmâ* (זִמָּה), ou seja, iniquidade, atribui-se um valor moral a certo tipo de relacionamento, tendo como intenção a extinção de um comportamento.

Outra característica da lei bíblica é sua organização literária. Diferentemente da lei moderna, que atribui randomicamente um lugar (parágrafo, artigo e inciso) para uma lei, a lei bíblica é estruturada de forma sólida e organizada. Somente para exemplificar, tomamos o decálogo, um seguimento de dez leis apodíticas que seguem uma divisão estrutural. Os primeiros quatro mandamentos referem-se ao relacionamento de Deus com o ser humano; o quinto mandamento serve como transição para a última parte dos mandamentos, que indicam como deve se viver em sociedade. Outrossim, mandamentos são organizados de forma poética. Levítico 24.13-23 dispõe a lei em forma de um complexo quiasmo. Assim, na análise da lei não se deve ater apenas ao conteúdo e mensagem, mas à própria forma como a lei está disposta.

#### 2.2.8 A lei bíblica recebe novas expressões conforme Deus faz mais para Israel

A lei bíblica também é dinâmica, assim como a história de Israel. A lei não está presa a um tempo específico, mas caminha junto com o povo de Deus. Assim é contextualizada, interpretada e aplicada de acordo com o momento histórico. Um exemplo é a lei dada no êxodo. Moisés entrega a lei a um povo que deveria alcançar a terra prometida. No entanto, a desobediência levou o povo a padecer no deserto. A próxima geração nascida no deserto alcança a terra prometida. Antes, porém a lei é novamente exposta a esta geração. No entanto, a lei dada por Moisés à primeira e

---

<sup>32</sup> BURNSIDE, 2011, p. 20. (*Rhetoric is thus another way in which biblical law differs from modern law*). (tradução nossa).

segunda geração não são idênticas.<sup>33</sup> Assim a lei é vista em diferentes escritos do Antigo Testamento.

Pelo fato da lei ser incompleta, esta continua sendo dinâmica. Ao longo do tempo novas leis são adicionadas à lei bíblica. Em Números 27 temos o caso das filhas de Zelofeade. Na lei tradicional a herança da terra pertencia ao filho homem. Como Zelofeade não tem filhos, as filhas suplicam a Moisés pela herança do pai. A resposta de Deus a Moisés é “o que as filhas de Zelofeade falam é justo”. A lei é submetida a uma interpretação contextual, uma vez que a mesma não pressuponha o caso de um pai só ter filhas. Acresce a isso a preocupação de que caso filhas herdem a herança do pai e se casem com estrangeiros, as posses passem para a família do estrangeiro.<sup>34</sup> Conforme o Antigo Testamento, na incompletude da lei cabe buscar a orientação de Deus.<sup>35</sup>

No profetismo a lei é encontrada em várias formas: “revelação do Sinai, reflexões deuteronômistas, oráculos proféticos, visões, no mundo natural e no consenso moral humano”<sup>36</sup>. No período do segundo templo (518-70 a.C), os escritos referentes à lei também encontraram várias nuances, dependendo do contexto.<sup>37</sup> Rabi Akiba chegou ao número de 613 ordenanças em torno do decálogo.<sup>38</sup> Não obstante, Jesus a todo tempo interpretava e, por vezes, contrariava a lei dizendo: “Moisés vos disse... eu, porém vos digo”. A lei não é universal e deve ser entendida historicamente na caminhada do povo com Deus. Outro exemplo são as diferentes interpretações da lei dada por fariseus e saduceus. A lei, ainda que baseada na *Torah* mosaica existe dentro de um contexto específico, no qual precisa ser interpretada e contextualizada.

---

<sup>33</sup> BURNSIDE, 2011, p. 23.

<sup>34</sup> Cf. Nm 36 ARA.

<sup>35</sup> Cf. Nm 27.7 ARA.

<sup>36</sup> “LAW” HALTON, J. C. In MCCONVILLE, J. G; BODA, M. **Dictionary of the Old Testament: Prophets**. Downers Grove: Intervarsity Press. 2012. p. 500. Disponível em: <accord://read/IVP-Prophets#4545>. Acesso em 10 mar. 2017. (“*God’s law is found in many forms: Siniatic revelation, Deuteronomistic reflections, prophetic oracles and \*visions, the natural world, and human moral consensus*”.) (tradução nossa).

<sup>37</sup> STARK, J. D. Law in Second Temple Judaism. In BARRY J; D., BOMAR. D.; BROWN, D. R et all (Orgs.). **The Lexham Bible Dictionary**. Bellingham, WA: Lexham Press. 2016

<sup>38</sup> “COMMANDMENT” BURGE. G. M. In GREEN, J.B. **Dictionary of Jesus and the Gospels**. Downers Grove: Intervarsity Press, 2013. p. 149. Disponível em <accord://read/IVP-Jesus\_&\_Gospels\_2#2749>. Acesso em 10 mar. 2017.

### 2.2.9 A lei bíblica é expressão de sabedoria

A lei é também expressão da sabedoria. Ben Sira (Sirach 24), autor dos livros apócrifos de Sirach e Eclesiástico, colocou a lei na mesma posição da sabedoria (*hokmah*) universal.<sup>39</sup> Burnside define sabedoria como:

a habilidade necessária para ganhar uma guerra ou completar um empreendimento técnico; Inteligência exigida no governo ou na administração; os segredos e conhecimento escondidos de profetas ou magos; a prudência necessária para lidar com situações difíceis; a capacidade de tornar ético... decisões e, finalmente, a capacidade de discernir Deus como aquele que criou o mundo através da sabedoria e quem é a fonte de todo conhecimento e apreensão.<sup>40</sup>

A lei e a sabedoria eram comparados a tesouros por meio do qual o mundo foi criado. Duas conexões entre sabedoria e lei apontadas por Burnside são: 1. Existem inúmeras referências à sabedoria como contraparte da lei em Provérbios; 2. A sabedoria, em Provérbios, funciona como forma de guia prático para vida diária.<sup>41</sup> Muitas vezes os próprios termos *sabedoria* e *lei* se confundem por possuírem intenções próximas. Sirach 15.1 afirma que quem “se deter na lei obtém sabedoria”. A lei aparece muitas vezes como sabedoria para instruir o sujeito a vida prática. A sabedoria aperfeiçoa a lei em sua incompletude.

### 2.2.10 A lei bíblica é relacional

Por fim, entre as dez características principais da lei bíblica está seu aspecto relacional. O estabelecimento da lei ocorre em contexto de aliança. Em qualquer aliança se prevê duas partes partícipes que colaboram para o funcionamento do pacto. Não diferente a lei tem o desejo de estabelecer relacionamento com Israel. A introdução aos mandamentos “Eu sou o Senhor, teu Deus, que te tirei da terra do Egito, da casa da tua servidão”<sup>42</sup> revela que a obediência à lei se constrói a partir do conhecimento de Deus e de sua revelação. Outrossim, a lei surge no contexto da

<sup>39</sup> SANDERS, E. P. Law: Law in Judaism of the NT Period. In: FREEDMAN, D. N. (Org.). **The Anchor Yale Bible Dictionary**. New York: Doubleday, 1992 p. 254

<sup>40</sup> BURNSIDE, 2011, p. 24-25. (*“the skill needed to win a war or complete a technical enterprise; the cleverness and shrewdness required in government or administration; the hidden secrets and knowledge of prophets or magicians; the prudence required to deal with difficult situations; the ability to make ethical . . . decisions, and ultimately the ability to discern God as the one who created the world through wisdom and who is the fount of all knowledge and understanding.”*)(tradução nossa).

<sup>41</sup> BURNSIDE, 2011, p. 25.

<sup>42</sup> Cf. Ex 20.2 ARA.

revelação de Deus e de seu caráter, como sugere Burnside: “a lei bíblica intui preservar a liberdade recentemente adquirida por Israel e seu relacionamento com Deus”.<sup>43</sup> Outrossim, o primeiro mandamento no decálogo e para o próprio Cristo ocorre no ato de se relacionar com Deus.

Um texto chave para se entender a lei como expressão de relacionamento é Deuteronômio 6.4-9:

<sup>4</sup>Ouve, ó Israel; o Senhor nosso Deus é o único Senhor. <sup>5</sup>Amarás, pois, ao Senhor teu Deus de todo o teu coração, de toda a tua alma e de todas as tuas forças. <sup>6</sup>E estas palavras, que hoje te ordeno, estarão no teu coração; <sup>7</sup>e as ensinarás a teus filhos, e delas falarás sentado em tua casa e andando pelo caminho, ao deitar-te e ao levantar-te. <sup>8</sup>Também as atarás por sinal na tua mão e te serão por frontais entre os teus olhos; <sup>9</sup>e as escreverás nos umbrais de tua casa, e nas tuas portas.

Essa seja talvez secção mais recitada pelos judeus conhecida como o *Shema* devido à primeira palavra hebraica no versículo 4 “*oAmVv- shema*”<sup>44</sup>. O verbo *shema* encontra-se no imperativo e pode ser compreendido como “escute atentamente para obediência”<sup>45</sup>. Tal oração (v. 4-5) constitui o cerne da fé judaica, “a verdade fundamental da religião de Israel”.<sup>46</sup> Ela possui tanto a definição da natureza de Deus (v. 4) como a resposta adequada de Israel diante do relacionamento com Deus estabelecido pela Lei. Na tradição rabínica, de acordo com Schechter<sup>47</sup>, o *shema* é lido como forma de preparação do corpo para o reino invisível de Deus. Os judeus recitam o *shema* duas vezes ao dia, pela manhã e tarde, assim como ensinam seus filhos antes de dormir, e o recitam no *shabat*.<sup>48</sup>

Nos evangelhos sinóticos (Mc 12.29-30; Mt 22.37; Lc 10.27) Jesus faz referência ao *shema*, quando arguido pelos seus interlocutores a respeito de qual seria o grande mandamento. Ele cita Deuteronômio 6.4-5 como o grande mandamento e Levítico 19.18 como o segundo grande mandamento. No contexto judaico, as palavras “*O senhor nosso Deus é o único Senhor*” (v. 4) indicam que o

<sup>43</sup> BURNSIDE, 2011, p. 26. (“*biblical law is intended to preserve Israel’s newly won freedom and her relationship with God*”). (tradução nossa).

<sup>44</sup> Disponível em Bíblia Hebraica Stuttgarteriana <[accord://read/BHS-T#Deut.\\_6,4](http://accord://read/BHS-T#Deut._6,4)>

<sup>45</sup> MCINTOSH, D. *Deuteronomy*, ed. Max Anders, vol. 3 of Holman Old Testament Commentary. Nashville: B & H Publishing Group, 2002. p. 85. Disponível em <[accord://read/Holman\\_Bible\\_Commentary#8798](http://accord://read/Holman_Bible_Commentary#8798)>. Acesso em 10 jun. 2017.

<sup>46</sup> S.R. DRIVER apud. CRAIGIE, 1976, p. 324

<sup>47</sup> SCHECHTER, 1909, p. 66

<sup>48</sup> Disponível em <[http://www.chabad.org/library/article\\_cdo/aid/705353/jewish/The-Shema.htm](http://www.chabad.org/library/article_cdo/aid/705353/jewish/The-Shema.htm)> Acesso em 10 jun. 2017.

relacionamento com Deus o declara como sendo o único Deus verdadeiro acima de todo ídolo que se coloque entre Israel e Javé. Não obstante, tal asserção desenvolve uma implicação prática e teológica.<sup>49</sup>

Primeiramente prática, pois no Egito Javé mostrou-se incomparável a outros deuses. Por isso, Javé poderia ser chamada de “nosso Deus e único Deus”. Não há outro igual a Javé. A fé israelita, nessa época, de acordo com *The IVP Bible background Commentary*,<sup>50</sup> pode ser identificada tanto como um monoteísmo como com um henoteísmo, ou seja, a crença na superioridade de um Deus acima de todos os outros. Não há paralelos no mundo antigo para comparação, uma vez que a fé judaica é, talvez, a primeira fé a dedicar-se exclusivamente à crença de um só Deus.

Também teológica, pois trata-se de uma revelação do próprio Deus (v. 1) que expressa sua singularidade e unidade.<sup>51</sup> Assim, Deus não é comparável a outros deuses da antiguidade, mas expressa-se a si mesmo como único, onipotente e que por isso, espera um amor sincero de Israel.<sup>52</sup>

Cabe ressaltar que as metáforas utilizadas nas línguas semíticas diferem das metáforas utilizadas na cultura ocidental. Por exemplo, “os rins eram considerados o local responsável pela consciência no Hebraico, a garganta estava conectada com a vida e essência da personalidade”<sup>53</sup>. O versículo 5 divide esse amor em três âmbitos: o coração, a alma e a força.

Na cultura ocidental hodierna, o coração é tido como o cerne das emoções. No entanto, para os hebreus o coração é *locus* da vontade e do intelecto<sup>54</sup>. À exemplo disso, o coração no Antigo Testamento é responsável pelo pensar “e nenhum de vós intente no seu coração o mal contra o próximo”<sup>55</sup> (Zc 8.17). A raiz da palavra “*VbDbVI-levav*”<sup>56</sup> ocorre 545 vezes no Antigo Testamento e é traduzida como

<sup>49</sup> CRAIGIE, 1979, p. 325

<sup>50</sup> WALTON, 2000. p. 176.

<sup>51</sup> CRAIGIE, 1979, p. 326

<sup>52</sup> KEIL, C. F.; DELITZSCH F. **Commentary on the Old Testament**. Peabody: Hendrickson Publishers, 1996. paragraph 2645. Disponível em <accord://read/Keil\_&\_Delitzsch#2645>

<sup>53</sup> WALTON, 2000. p. 176. (“For instance, the kidneys were considered the seat of the conscience in Hebrew, and the throat was connected with life and essence of personhood.”) (tradução nossa).

<sup>54</sup> MCINTOSH, 2002. p. 85.

<sup>55</sup> Outros textos: Dt. 9.4, 2 Sm. 13.33; Et. 4.13; Is. 10.7.

<sup>56</sup> Bíblia Hebraica Stuttgartesiana. Disponível em <Accordance Bible Software>

coração ou mente. De acordo com Kohlenberger e Mounce,<sup>57</sup> pode ser definida como “a interioridade, o self, o lugar do pensamento e da emoção, consciência, mente e entendimento”.

O termo “*VvVpAn-nephesh*”<sup>58</sup>, traduzido como alma, ocorre 754 vezes e é de difícil definição dado o seu caráter polissêmico. Algumas possíveis definições são:

Respiração, literalmente ou figurativamente (Jr 15:9); o ser interior com seus pensamentos e emoções (Jz 10:16 ; Pv 14:10; Ez 25:6); e por extensão, a pessoa toda (Gn 12:5; Lv 4:2; Ez 18:4). Não obstante, o termo pode cobrir a força inanimada de uma pessoa ou seu corpo morto (Lv 21:11; Nm 6:6; Jr 2:34). Também é aplicado a animais em um amplo sentido [. . .] Quando essa palavra é aplicada a uma pessoa, não refere-se a uma parte específica do ser humano. As escrituras veem o ser humano integral, totalmente relacionado a Deus, e não dividido de forma alguma (Dt 6:5; cf. 1 Ts 5:23)<sup>59</sup>

Assim, a palavra *nephesh* é traduzida de muitas formas no texto em português. Amar a Deus com toda a alma é “amá-lo com tudo que nos é importante. Assim como o desejo é intensamente pessoal, nossa decisão de amar a Deus há de ser uma decisão pessoal de forma profunda”<sup>60</sup>.

A *força* relaciona-se não à capacidade física, mas à intensidade: Deus quer fervor na religião, deseja não que possuamos uma fé, mas que a fé nos possua<sup>61</sup>. A forma substantiva desse termo ocorre apenas duas vezes no Antigo Testamento (Dt 6.5; e 2 Rs 23.25) e em ambas é traduzida como força. No entanto, em textos da mesma época o termo é utilizado denotando a intensidade de uma ação.<sup>62</sup>

<sup>57</sup> Kohlenberger/Mounce *Concise Hebrew-Aramaic Dictionary of the Old Testament*, s.v. “i,” paragraph 8540. Disponível em <accord://read/KM\_Hebrew\_Dictionary#8540>. Acesso em 10 mar. 2017.

<sup>58</sup> Bíblia Hebraica Stuttgarteriana. Disponível em <Accordance Bible Software>. Acesso em 10 mar. 2017.

<sup>59</sup> **The Complete Word Study Dictionary: Old Testament**, s.v. “n,” 746. Disponível em <accord://read/CWSD-OT#7723> (“*breath, literally or figuratively (Jer. 15:9); the inner being with its thoughts and emotions (Judg. 10:16; Prov. 14:10; Ezek. 25:6); and by extension, the whole person (Gen. 12:5; Lev. 4:2; Ezek. 18:4). Moreover, the term can cover the animating force of a person or his or her dead body (Lev. 21:11; Num. 6:6; Jer. 2:34). It is even applied to animals in a number of the above senses: the breath (Job 41:21[13]); the inner being (Jer. 2:24); the whole creature (Gen. 1:20); and the animating force (Lev. 17:11). When this word is applied to a person, it doesn’t refer to a specific part of a human being. The Scriptures view a person as a composite whole, fully relating to God and not divided in any way (Deut. 6:5; cf. 1 Thess. 5:23).*”) (tradução nossa).

<sup>60</sup> MCINTOSH, 2002, p. 91-92. (“*to love him with everything that is important to us. Just as a person’s appetite is intensely personal, so our decision to love God supremely must be a deeply felt personal decision.*”) (tradução nossa).

<sup>61</sup> MCINTOSH, 2002, p. 86.

<sup>62</sup> “DAM” BROWN, F; DRIVER, S.R; BRIGGS, C. A . **A Hebrew and English Lexicon of the Old Testament**. Oxford: Clarendon, 1907. Disponível em <accord://read/BDB#11688>. Acesso em 10 mar. 2017.

Assim, amar a Deus com todo o coração, alma e força expressam a base da crença em um Deus único, como resposta à sua bondade seu e amor manifesto a nós. Obedecer seus mandamentos é sinal de temor a Deus, que em vários textos veterotestamentário é posto como o princípio do conhecimento de Deus e da sabedoria (Jó 28.28, Sl 11.10; Pv 1.7; Pv 9.10; Pv 15.33; Is 11.2; Is 33.6).

Já a lei moderna se baseia na individualidade. Burnside indica quatro aspectos da lei bíblica com respeito ao fator relacional. Primeiro, o indivíduo devia colocar o interesse de outros a par de seu próprio interesse<sup>63</sup>. Tal aspecto da lei procurava trazer funcionalidade e bem-estar aos relacionamentos. Outro aspecto da lei bíblica é que o indivíduo devia exercitar preocupação e restrição, a fim de estabelecer relacionamentos saudáveis.<sup>64</sup> O israelita se vê obrigado a importar-se com marginalizados e oprimidos da sociedade. O relacionamento bíblico prevê mutualidade nestes relacionamentos. Em terceiro, “a vocação de Israel para ser ‘povo de Deus’ é algo que vem ‘como o início de inúmeros relacionamentos bem-sucedidos entre indivíduo e indivíduo’, assim como entre indivíduo e Deus.”<sup>65</sup> Por fim, a lei bíblica é relacional, pois é a forma de se entender a razão prática das Escrituras. As Escrituras, dessa forma, nascem não do entendimento de uma lei lógica e racional apenas, mas se constrói por meio da sabedoria de relacionamento saudáveis e com qualidade.

Em suma, o capítulo sobre “*O caráter da Lei Bíblica*” do livro “Deus, justiça e sociedade” de Jonathan Burnside nos dá algumas orientações sobre aspectos da lei bíblica no Antigo Testamento. A lei é ao mesmo tempo similar e diferente das leis do Antigo Oriente Próximo. Ela se diferencia da lei moderna, pois seu estabelecimento está relacionado ao envolvimento de Deus com seu povo. Por isso a lei se desenvolve de maneira integral como vocação, ensino, sabedoria ao povo. A lei revela o próprio caráter de Deus de forma retórica e persuasiva. Historicamente, a lei não prevê todas as instâncias, crimes e punições possíveis. Por isso, precisa ser interpretada e atualizada e se mostra incompleta.

---

<sup>63</sup> BURNSIDE, 2011, p. 27.

<sup>64</sup> BURNSIDE, 2011, p. 28.

<sup>65</sup> BURNSIDE, 2011, p. 28. (“*Israel’s vocation to be “the people of God” is something that “comes into being as the precipitate of innumerable well-conducted relationships between individual and individual,” as well as between each individual and God.*”) (tradução nossa).

A lei bíblica se constrói no desejo de relacionamento de Deus para com seu povo, relacionamento esse que almeja qualidade.

### 3 AS LEIS BÍBLICAS DO PENTATEUCO

Nos dias de hoje encontramos grande divergência ao abordamos temas relacionado à prisão perpétua, aborto, pena de morte, legalização de armas e outros. Tais divergências ocorrem devido à disparidade cultural entre pessoas e a maneira como cada sujeito enxerga o mundo. A interpretação do mundo passa pela forma pelo qual o apreendemos. Do mesmo modo, nos assustamos quando deparamos com leis rígidas, especialmente no Antigo Testamento. A fim conhecer melhor o funcionamento de tais leis é preciso deixar de lado o olhar da modernidade e procurar entender a lei dentro do mundo em que foi gerada e aplicada. A lei é fruto cultural de um povo e de uma época. Assim, neste capítulo nos ocuparemos com o as várias formas de transgressão a lei, especificando no homicídio.

De forma geral, no Antigo Testamento os blocos legais localizam-se nas passagens do decálogo (Ex 20.1-17; Dt 5.1-21), do código da aliança (Ex 20/22-23.33), do código de deuterônômio (Dt 12-26) e do código da santidade (Ex 20.22-23.33).

#### 2.1 Lei no Pentateuco

##### 2.1.1 Decálogo

O livro de Êxodo alterna textos narrativos e textos legais. Êxodo 20 insere-se dentro de um contexto de leis. Após a saída do povo do Egito, enquanto eles perambulavam no deserto, Deus concede ao povo a constituição legal de Israel. Ao que parece, as leis são uma coletânea independente com linguagem e características próprias. A. Alt<sup>66</sup> distingue duas formas de lei: casuística e apodítica.

A primeira forma, geralmente, narra casos legais com a seguinte fórmula: “se... então”, ou seja, tais leis descrevem casos jurídicos em dois passos: primeiro há a narração do caso em si, e posteriormente a sanção prescrita em caso de desobediência. Alt<sup>67</sup> caracteriza tal lei como “condicional, formulado de maneira

---

<sup>66</sup> SCHMIDT, W. **Introdução ao Antigo Testamento**. São Leopoldo: Sinodal, 2013. p. 110.

<sup>67</sup> SCHMIDT, 2013, p. 110.

impessoal e genérica”. Acrescenta que tais leis dão base legal para a comunidade, formulando o direito veterotestamentário.

Outra forma de lei é a apodítica: esta é “incondicional. Apresenta-se de forma rítmico-métrica, geralmente compilada em séries”.<sup>68</sup> Nesse caso, a incondicionalidade da lei prescrita configura-se em duas formas usuais: 1. A lei prescreve o mesmo tipo de maldição, punição ou sanção para determinados tipos de instrução; 2. Não há sanção para a instrução. O decálogo insere-se nessa última secção.

Em Êxodo 20 há uma série de proibições dadas logo após a manifestação de Deus no Sinai. Em geral observamos leis proibitivas e instrutivas, sendo que de acordo com Andiñach, o decálogo conta com 12 proibições e 2 instruções. A função não é jurídica, mas o texto procura apresentar princípios éticos gerais que devem facilmente ser memorizados pelo povo. Alt localiza o texto em um *Sitz in Leben* cultual. Isso indica um tipo de lei falada oralmente nos cultos ou nas festividades de Israel. Dessa forma, as instruções deveriam ser breves, explicativas com a finalidade de facilitar a memorização.

A partir da leitura do livro “Preservação da liberdade: o decálogo numa perspectiva histórico-social”, de Frank Crüsemann, o decálogo pode ser observado a partir da perspectiva da liberdade dada por Deus. Observa-se que logo nos versos 1 e 2 se apresenta a Deus como o libertador de Israel e “só a partir do Deus libertador do êxodo podem-se entender corretamente esses mandamentos, a saber como orientações para a vida”<sup>69</sup>. Os mandamentos surgem como consequência de um povo livre e que deve preservar tal liberdade.

Embora haja a tendência de se colocar os mandamentos como preceitos de uma ética universal e atemporal, o autor argumenta que o decálogo

[...] não visa simplesmente a universalidade e a validade geral. Não se trata de um etos atemporal ou de uma moralidade universal. O decálogo não quer se dirigir de igual modo a toda e qualquer pessoa em toda e qualquer situação.<sup>70</sup>

<sup>68</sup> CRÜSEMANN, F. **Preservação da liberdade**: o decálogo numa perspectiva histórico-social. São Leopoldo: Sinodal, Centro de Estudos Bíblicos, 1995. p. 111

<sup>69</sup> CRÜSEMANN, 1995, p. 10.

<sup>70</sup> CRÜSEMANN, 1995, p. 67.

Tal descaracterização acentua-se pela "falta no decálogo de temas importantes e até centrais da ética vetero-testamentária".<sup>71</sup> Por exemplo, "faltam no decálogo todas as regras referentes a tabus, que eram muito importantes para o antigo Israel,"<sup>72</sup> como a abstinência de certos alimentos, o tema da pureza e impureza, a atitude diante da morte e questões sexuais. Também está ausente toda forma de leis concernente a cultos. Outra lacuna refere-se a questões da economia e de Estado que marcam a vida em sociedade de qualquer nação e que é priorizada alhures no texto bíblico. Por fim, também está ausente a referência a pessoas marginalizadas tais como o órfão e a viúva.

Basicamente, em sua estrutura interna é possível identificar três blocos teológicos na construção do decálogo. Primeiro, "os três primeiros mandamentos asseguram a relação já estabelecida com Javé"<sup>73</sup>. "[...] ora, a formulação do 1º mandamento não é monoteísta. Ela não nega a existência 'de outras divindades, mas as pressupõem'<sup>74</sup>. Um verdadeiro monoteísmo passa a existir somente no tempo do exílio, mais especificamente com o Deutero-Isaias. Estes mandamentos surgem não em um contexto monoteísta, como se pressupõe, mas politeísta.

Com respeito ao primeiro mandamento, a expressão "em minha face" pode ter diferentes traduções. Por isso cabe ao leitor verificar a tradução que melhor se encaixa no contexto. Em relação ao segundo mandamento, como ele surge "ao lado da proibição de adorar outros deuses, ele se refere em primeiro lugar à confecção de imagens de Javé, pois a confecções de outros deuses já foi proibida no 1º mandamento."<sup>75</sup> Para Crüsemann, a proibição de imagem surge com um duplo sentido:

se, a partir desses esclarecimentos, perguntarmos pelo sentido original da proibição de imagens no mundo daquela época, devemos destacar sobretudo dois aspectos. Por um lado, há uma fonte de impulso anti cananeu, em especial contra a divindade de Israel .... A partir daí, parecem ter razão aquelas pessoas que vêem na proibição de imagens a diferenciação fundamental entre Deus e o mundo. Fundamentalmente, este Deus não pode ser identificado com nenhuma parte do mundo. Nenhuma parte pode revelá-lo<sup>76</sup>

---

<sup>71</sup> CRÜSEMANN, 1995, p. 6.

<sup>72</sup> CRÜSEMANN, 1995, p. 7.

<sup>73</sup> CRÜSEMANN, 1995, p. 67.

<sup>74</sup> CRÜSEMANN, 1995, p. 36.

<sup>75</sup> CRÜSEMANN, 1995, p. 39.

<sup>76</sup> CRÜSEMANN, 1995, p. 39.

A liberdade dada por Deus poderia ser tirada caso o povo adorasse ou confeccionasse outros Deuses.

O quarto mandamento insere-me entre dois tipos de mandamento: aqueles que expressam a relação com Deus e aqueles que expressam as relações sociais. É o mais extenso mandamento funcionando como uma espécie de eixo central. “...essas ampliações certamente estão relacionadas com a crescente importância da instituição do sábado na época exílica e mais tarde.<sup>77</sup> Não é possível fazer uma construção redacional do texto. Provavelmente, este texto é o mais recente, além de ser o mais importante teologicamente para os judeus. Prova disso é o tamanho em ambos os relatos do decálogo.

No código da aliança, que supostamente é anterior ao decálogo, o dia do descanso (Ex 32.12; Dt 34.21) é referido como o sétimo dia, porém sem menção do *sabbath*. Em sua versão posterior, o decálogo, o sábado é referido como o dia de descanso. De acordo com Crüsemann:

o dia de Descanso, a cada sétimo dia, e o antigo dia de lua cheia, chamado ‘sábado’, tornaram-se uma unidade somente na época exílica. A primeira instituição assumiu o nome da segunda. Em todo o caso, está certo que a partir dessa época passou a existir o ‘sábado’ como o dia de descanso semanal. Mas parece improvável que tal dia regular de não-trabalhar tenha sido criado nessa época.<sup>78</sup>

Por isso, a datação e inserção desse mandamento deve ser posta em um contexto bem posterior em referência aos outros mandamentos. O descanso proposto no mandamento testifica justamente a liberdade de um povo que, outrora, viveu sobre escravidão. A liberdade é dádiva de Deus ao povo, doação de extrema importância, já que lida com os abusos também feitos à terra e aos escravos, que por esse motivo, deveriam também descansar, como prova de um Deus libertador.

A partir do quinto mandamento até o último inicia-se um novo bloco, qual seja, de mandamentos sociais. O quinto mandamento encontra um lugar de destaque “nos códigos legais (Ex 21.15,17; Dt 27.16; Lv 19.3; 20.9), nos provérbios de sabedoria (Pv 1.8; 19.26; 20.20; 23.22; 28.24; 30.11-17; Eclo 3.1-16) e no profetismo (Ez 22.7; Mq 7.6; Ml 1.6, o comportamento em relação aos pais

<sup>77</sup> CRÜSEMANN, 1995, p. 45.

<sup>78</sup> CRÜSEMANN, 1995, p. 46.

desempenha um papel muito importante.”<sup>79</sup> Para o autor, trata-se da relação entre filhos adultos e pais idosos e não de crianças com pais. O cerne da questão é o cuidado a pessoas idosas, o problema de pessoas idosas serem abandonadas depois do casamento dos filhos. No relato bíblico há casos em que os idosos eram surrados (Êx 21.25) amaldiçoados (Êx 21.17), desprezados (Ez 22.7) furtados (Pv 28.24), oprimidos (Pv 19.26,) expulsos (Pv 19.26). Por isso, tal mandamento surge como forma de proteção à liberdade daqueles que já haviam trabalhado muito.

Nos próximos mandamentos – não matar, não furtar e não cobiçar – “parecem tratar-se de formulações e temas universais, válidos em qualquer época. Eles se referem a qualquer pessoa e também são válidos e inteligíveis sem os pressupostos mencionados no prólogo.”<sup>80</sup> No entanto, sua fórmula curta e precisa justifica-se no fato de que estes mandamentos, provavelmente, eram tão lógicos que a explicação e sanção a estes mandamentos nem precisariam ser explicitadas. Claro que sua forma precisa pressupõe uma validade universal. Todos eles enfatizam ainda a cessação de liberdade alheia. Ao matar, tira-se do outro o direito à liberdade. No adultério, todas as questões de segurança de uma família e do próximo são prejudicadas. No furto o causador do delito causa dano a outro, retirando-lhe a propriedade e possibilidade de liberdade concedida por Javé.

Nos dois últimos mandamentos, o falso testemunho e a cobiça são também restrições ao direito de liberdade. No primeiro caso, a testemunha falsa ou mentirosa distorce o direito do outro prejudicando e danificando sua liberdade pela manipulação por meio de palavras.<sup>81</sup> No caso da cobiça, “é interdita toda e qualquer possibilidade imaginável de apoderar-se da base de vida do próximo – também o caminho juridicamente possível e socialmente legitimado”. A cobiça tira do outro aquilo que lhe é de direito.

Ao que parece, os dez mandamentos são definidos a partir de um *Sitz in Leben* cultural. Crüsemann os atribui à fonte Eloísta<sup>82</sup>. Eles seriam recitados e, por isso, facilmente apreendidos e memorizados.

---

<sup>79</sup> CRÜSEMANN, 1995, p. 49.

<sup>80</sup> CRÜSEMANN, 1995, p. 53.

<sup>81</sup> CRÜSEMANN, 1995, p. 62.

<sup>82</sup> CRÜSEMANN, 1995, p. 14.

O pano de fundo retrata uma época nômade: “o texto fala claramente de casa, campos, roças, animais, etc. Pressupõe, pois, a agricultura, e, por conseguinte, o texto de camponeses sedentários”.<sup>83</sup>

Para Crüseman, “o decálogo se dirige a homens adultos, aptos para práticas jurídicas e cultuais.”<sup>84</sup> Dentre os destinatários estão adultos que possuem pai e mãe, pessoas com potencial de fabricarem imagens e de as adorarem, falsos testemunhadores, proprietários de casas, terras e escravos e escravas, entre outros. Ele “não se dirige a crianças (como muitas vezes se supõe entre nós). Ele também não se dirige a mulheres (como obviamente se aceita entre nós). Não se dirige a escravos nem a pessoas assalariadas”.<sup>85</sup> Em suma:

Podemos dizer que a estrutura interna do Decálogo, sobretudo o princípio que determina a seleção e a sequência dos diversos mandamentos, se tornam visíveis através de uma exegese que o interpreta consequentemente a partir da ação libertadora de Deus mencionadas no prólogo. Os destinatários dos mandamentos são os cidadãos israelitas plenos, aqueles que foram libertados da servidão por Javé. Trata-se da liberdade concedida por Javé a cada um deles e que socialmente esta fundamentada na propriedade de terra e nos direitos a ela relacionados. Os mandamentos enunciam as condições da preservação da liberdade. Citação de quem?<sup>86</sup>

Conclui-se que o decálogo é uma estrutura de leis de diferentes épocas que foram, possivelmente, compiladas pela tradição eloísta afim de revelar Javé como o Deus da liberdade e que afirma mandamentos gerais para um povo agrícola. Deus se revela e mostra por meio de sua ação porque deve ser confessado.

### 2.1.2 O código da aliança

O código da aliança localiza-se na seção de Êxodo 20.22-23.33. De acordo com Crüsemann<sup>87</sup> “o código da aliança é, possivelmente, mais antigo que o Seuterônômio e por isso é o código legal mais antigo do Antigo Testamento.” No cerne constam leis jurídicas e outras com caráter “cultural, religioso, ético, e social, com as suas respectivas fundamentações teológicas e históricas”.<sup>88</sup> Por isso, conta com múltiplas leis das mais variadas formas possíveis. O código da aliança é, nesse

<sup>83</sup> CRÜSEMANN, 1995, p. 13.

<sup>84</sup> CRÜSEMANN, 1995, p. 24.

<sup>85</sup> CRÜSEMANN, 1995, p. 25.

<sup>86</sup> CRÜSEMANN, 1995, p. 25.

<sup>87</sup> CRÜSEMANN, 2002, p. 159.

<sup>88</sup> CRÜSEMANN, 2002, p. 160

sentido, “o gênese daquilo que constitui a essência e a particularidade do direito veterotestamentário e daquilo que, a partir do Deuteronônimo, passa a levar o nome de Torah.”<sup>89</sup>

Jay W. Marshal propõe uma análise das leis no código da aliança (Êx 20.22-23.33) com base no tipo de estrutura de lei e sociedade do texto. Para isso, utiliza ferramentas antropológicas como forma de analisar a lei bíblica. Marshall cita três formas antropológicas de entendimento da lei.

Na primeira forma, sociedades primitivas funcionavam sem lei, por isso, costumes seriam vistos como práticas sociais, enquanto aposta-se na ideia de que para que uma sociedade tenha uma lei, precisa-se, necessariamente, de uma autoridade que use a força coercitiva. Tal critério exclui a maior parte das sociedades pré-industriais<sup>90</sup>.

No segundo modelo, “A lei seria um sistema de símbolos manipuláveis que funciona como representação ou modelo para uma estrutura social”.<sup>91</sup> A fraqueza de tal argumento concerne à figura da lei como uma consequência direta da estrutura social. Pode-se, a esse propósito, comparar o vagaroso desenvolvimento das leis em contraste com as rápidas mudanças sociais, ou seja, a sociedade tende a desenvolver-se com mudanças mais rápidas e constantes que os sistemas legais.

Por último, autoridade e liderança são abordadas como “formal e absoluta, informal e absoluta, formal e limitada, e informal e limitada”<sup>92</sup>. Com isso, a lei é vista como uma forma de controle social das decisões de autoridades legais na sociedade. O autor diferencia costumes de leis da seguinte forma: “costumes referem-se a controle social internalizado enquanto leis referem-se a forma de controle social que é alcançada externamente”.<sup>93</sup> Ambas são produtos culturais sujeito a modificações e reinterpretações. Algumas vantagens referem-se à possibilidade de o conceito de lei ser aplicado a leis em outras culturas. Além disso reconhece o uso de controle social em todas as formas de lei e, por último, admite que o controle nem sempre ocorre coercitivamente por meio da força, mas que outros modos de controle social, como manipulação psicológica, tabus religiosos,

---

<sup>89</sup> CRÜSEMANN, 2002, p. 160

<sup>90</sup> MARSHALL, Jay M. **Israel and the Book of the Covenant**: an anthropological approach to biblical law. Atlanta: Scholars Press, 1993. p. 29.

<sup>91</sup> MARSHALL, 1993, p. 29.

<sup>92</sup> MARSHALL, 1993, p. 30.

<sup>93</sup> MARSHALL, 1993, p. 33.

ameaças, entre outros pode se estabelecer. Tal método permite o estudo da lei bíblica, pois permite enxergar a existência da lei anterior à formação da monarquia de Israel. Admite que nem sempre a lei reflete uma imagem perfeita da sociedade de Israel. Contudo, ajuda-nos a entender o funcionamento da nação israelita, reconhecendo a religião como forma ideológica de legitimação da lei. Também identifica estratificações de grupos e subgrupos. A lei está a serviço de interesses que são reconhecidos por um grupo da sociedade

A fim de responder a que tipo de sociedade o código da aliança direciona-se, Marshall cita, com base em estudos antropológicos feitos por Newman, oito tipos de sistemas legais concernentes a diferentes modelos de sociedade. Segue o modelo proposto por Newman.<sup>94</sup>

O primeiro tipo de sistema legal refere-se ao sistema de auto reparação, que é desprovido de mediadores. Normalmente, a reparação se dá por meio de sistemas repressivos, rituais de vergonha ou uso de sanções sobrenaturais, tais como maldição. O segundo sistema, denominado *sistema de conselheiros*, é baseado em conselhos, ao invés de decisões autoritárias, e a presença de mediadores é opcional. O terceiro, o sistema *de mediadores*, representa a reparação feita por meio de mediadores, que são encorajados a trabalhar ativamente conciliando julgamentos e alcançar harmonia entre disputantes por meio da comunicação (persuasão, admoestações, ameaças, entre outras). O quarto modelo de sistema, denominado *concílio de anciãos*, requer a presença e intervenção de terceiros. Neste caso, é reunido um concílio, no qual são ouvidas testemunhas, provas, entre outros elementos que colaboram para a tomada de decisão. O processo ocorre por meio de um processo de adjudicação, onde as decisões precisam ser aceitas, independentemente se há concordância entre as partes envolvidas.<sup>95</sup>

O quinto sistema, denominado *concílio restrito*, baseia-se em um concílio mais enxugado, no qual restrições são colocadas de acordo com características necessárias para admissão, tais como: linhagem, riqueza, propriedade e outros. A decisão, torna-se, mais centralizada. Em sistema chamado de *chefia*, a decisão é feita por uma pessoa responsável pela adjudicação. A escolha do *chefe* é feita mediante questões hereditárias. O sétimo modelo, *chefia suprema*, orienta-se na

---

<sup>94</sup> NEWMAN apud. MARSHALL, 1993, p. 47-48.

<sup>95</sup> NEWMAN apud. MARSHALL, 1993, p. 47-48.

condução por meio de um chefe, contudo, são criadas instâncias hierárquicas para apelação, sendo que o chefe seria, unicamente, o último estágio de petição. Por fim, o último sistema é o *nível de estado*. Neste, a concentração se dá na autoridade da lei e das políticas públicas produzida por meio dos códigos legais e administrativas. As decisões são descentralizadas em instâncias menores e locais, e somente alguns casos são centralizados em uma pessoa.<sup>96</sup>

Ao fim de seu livro, Marshall conclui que o código da aliança pode ser dividido em dois períodos diferentes. O primeiro abrange os capítulos 20.24- 22.16, enquanto o segundo, os capítulos 22.17 – 23.19. Ambas as partes diferem em forma e substância. Na primeira parte, as leis estão voltadas para o âmbito familiar e utilizam uma forma apodítica, ou seja, sem sanções e explicações. Tal forma de anúncio reflete, talvez, a autoridade do homem como chefe de família. A segunda parte, também utilizando a lei apodítica, abrange um contexto maior, inserindo áreas como “procedimento da corte, empréstimo monetário, ameaças para poderes estruturais existentes, exploração as classes menores e festas”.<sup>97</sup> Nesse segundo caso, a lei é utilizada para controle de uma sociedade por meio de uma chefia ou confederação. Assim, o autor conclui que a segunda parte foi adicionada posteriormente à primeira, quando o *sistema de mediadores* estava se estabelecendo. Marshall sugere que o código da aliança é produto de um período em que Israel moveu-se de um modelo segmentário de governo para um modelo mais centralizado.<sup>98</sup> Tal análise foi feita com base em dados provindo da cultura, da sociedade, do culto, dos ritos e das leis em si.

No final, chegou-se à conclusão de que a sociedade reguladora do livro da aliança é, predominantemente, uma população agrária em período pré-monárquico.<sup>99</sup> No entanto, não há consenso sobre a datação do código da aliança e sua anterioridade sobre outros códigos de lei. Por exemplo, John Van Seters<sup>100</sup> argumenta que todos os pilares que apoiam a datação tradicional mais antiga para as leis do código da aliança estão, totalmente, estremecidos e precisam ser revistos.

---

<sup>96</sup> NEWMAN apud. MARSHALL, 1993, p. 47-48.

<sup>97</sup> MARSHALL, 1993, p. 170.

<sup>98</sup> MARSHALL, 1993, p. 170.

<sup>99</sup> MARSHALL, 1993, p. 179-180 .

<sup>100</sup> SETERS, J. V. **A law for the book of diaspora**: revision on the study of the covenant code. New York: Oxford University Press, 2003.

De acordo com Seters, o primeiro pilar, a *hipótese documentária* associa o código da aliança à fonte E, que nessa hipótese seria relacionada a uma época antiga. No entanto, para o autor tal hipótese tem sofrido críticas nos últimos 40 anos e, regularmente, autores têm juntado as fontes J e E, e atribuído datas posteriores a Deuteronômio.<sup>101</sup> A segunda hipótese trata da similaridade entre as leis do código da aliança e os códigos de leis babilônica do segundo milênio a.C. Para Seters, “tem sido cada vez mais difícil explicar qualquer continuidade cultural entre a tradição legal do segundo milênio A.C e a monarquia de Israel que estabeleceu-se nos séculos 10 e 9 A.C em Israel e Judá”<sup>102</sup>. No entanto, o contato entre a Mesopotâmia e Israel não é reestabelecido antes do sec. 8 A.C. Dessa forma, é mais provável que tal influência tenha ocorrido em um período posterior ao código de Deuteronômio, e não anterior.

Outro pilar refere-se à evolução social e religiosa contida no texto, sendo sugerido um estágio de lei mais primitiva. No entanto, Seters sugere um estágio alternativo de comunidades semiautônomas da diáspora, durante o exílio babilônico.<sup>103</sup> Por último, a associação a uma época antiga é defendida pelo surgimento da crítica das formas, como o resultado de um longo processo de crescimento. As múltiplas teorias concernentes a esse processo de crescimento do texto enfraquecem uma sugestão palpável sobre o estágio do texto. Há tantas teorias quanto autores para defender cada uma delas. Assim, Seters compara o código da aliança, sem o pressuposto de sua primazia, com outros códigos do Pentateuco, a fim de estabelecer uma data mais coerente, chegando à conclusão de que o código da aliança é lei para as comunidades dispersas durante o exílio babilônico. Portanto, não há uma resposta definitiva sobre a origem e antiguidade do código da aliança.

Quanto ao seu conteúdo, ele é formado por um conglomerado de leis diversas do cotidiano. O texto é formado por leis casuísticas, cultuais, entre outras. Andiñach<sup>104</sup> divide o código em quatro partes: a) instruções cultuais (20. 22-26); b) leis (21.1-23.13); c) instruções cultuais (23.14-19); d) epílogo sobre o futuro de Israel.

---

<sup>101</sup> SETERS, 2003, p. 4

<sup>102</sup> SETERS, 2003, p. 5

<sup>103</sup> SETERS, 2003, p. 5

<sup>104</sup> ANDIÑACH, 2010, p. 281.

A primeira unidade é pequena, contendo apenas cinco versos referentes à construção de um altar para Deus. Javé fala do céu e proíbe a construção da imagem de outros deuses, ordenando a construção de um altar. Para Andiñach, tal ordem faz-se difícil de entender, uma vez que o povo se encontra no Sinai e logo deve partir, e também, pelo fato de que o altar mencionado, provavelmente, nunca foi construído. Essa seção deve ter sido escrita antes da reforma de Josias (2 Rs 23.4-20), quando são eliminados todos os altares e se centraliza a adoração no templo, ideologia que vigora no pós-exílio.<sup>105</sup>

A segunda parte pode ser subestruturada nas seguintes leis: sobre os escravos hebreus (21.1-11), sobre casos graves de violência (21.12-17), sobre brigas e ferimentos (21.18-27), sobre o boi (21.28-36), sobre o furto (21.37-22.4), sobre outros delitos (22.4-14), sobre a sedução de uma jovem (22.15-16), sobre outras leis diversas (22.17-30), sobre a justiça (23.1-9), sobre o ano sabático e o sábado (23.10-13). Em seguida, numa terceira parte, temos novamente instruções sobre leis cultuais (23.14-19), mais especificamente, sobre a celebração de três festas: dos pães ázimos, da sega e da colheita.<sup>106</sup>

Por último, no epílogo sobre o futuro de Israel (23.20-33) antecipa-se a promessa da terra e se menciona qual deveria ser a postura de Israel ante a conquista dessa terra. Trata-se de um texto não-legal, que insere a temática da terra prometida, um futuro esperado por Israel. Mas para que isso aconteça, os israelitas são lembrados da exclusividade de sua fé em Javé e convocados a não fazer aliança com outros povos ou com seus deuses (v. 32-33). Para Andiñach, “o texto reflete uma época em que Israel já estava instalado em Canaã; sua preocupação maior eram as religiões dos povos circundantes e não tanto a eliminação dessas nações.”<sup>107</sup>

### 2.1.3 Código de Deuterônômio

O título “Deuterônômio” refere-se à tradução grega da Septuaginta (LXX), com base no texto de Dt 17.18 “Será também que, quando se assentar sobre o trono do seu reino, escreverá para si, num livro, uma cópia desta lei, do exemplar que está

<sup>105</sup> ANDIÑACH, 2010, p. 283.

<sup>106</sup> ANDIÑACH, 2010, p. 284-309.

<sup>107</sup> ANDIÑACH, 2010, p. 311.

diante dos levitas sacerdotes.”<sup>108</sup> A palavra Deuteronômio significa “segunda lei”, tradução que pode muitas vezes ser interpretada erroneamente como se a lei desse livro fosse distinta da lei escrita previamente no Pentateuco. Por isso, o melhor termo seria a repetição da lei ou, como a própria tradução ARA sugere, uma cópia da Lei. Peter Craigie define o estilo do livro como exortatório, ou seja, “o orador comunica a congregação com palavras designadas a lhes moverem em obediência e compromisso com o Senhor da aliança.”<sup>109</sup> O livro localiza a narrativa entre a promessa passada de uma nova terra aos patriarcas e o cumprimento futuro. Sua linguagem é extremamente retórica em forma de prosa artística.<sup>110</sup>

Além disso, o livro narra a atualização da lei nas planícies de Moabe. A importância dessa renovação está no fato de que a liderança de Israel logo seria passada a Josué, sucessor de Moisés, e que a conquista da terra ocorreria em breve<sup>111</sup>.

Essa obediência à lei está arraigada no evento do êxodo. Javé relaciona-se com o povo por meio de alianças em diversos tempos. A finalidade da aliança não é a obediência à lei em si, mas o relacionamento com Javé. A aliança representa uma atitude de amor e graça iniciada por Deus: “a lei da aliança expressa o amor de Deus e sugere os meios pelos quais a humanidade deve viver afim de refletir o amor de Deus”.<sup>112</sup> Israel é eleito por Jeová para ser “reino sacerdotal e nação santa”(Ex 19.6). Tal eleição coloca Israel como uma nação modelo para outras nações, modelo que é promulgado pelo próprio Deus ao dar a Israel a lei, ou, como sugere a palavra hebraica *torah*, as instruções.

Ao dar a lei para Israel no Sinai, Javé constitui a maneira como esse povo deveria viver e se comportar. A lei é a constituição dada no deserto afim de que o povo vivesse em uma teocracia. Toda nação necessita de uma lei que governe e reja os direitos e deveres de um povo. Javé é rei e o povo deveria temer e obedecer a Javé.

---

<sup>108</sup> Cf. Dt 17.18 ARA.

<sup>109</sup> CRAIGIE, 1976..

<sup>110</sup> ZENGER, E. BRAULIK, G; et al. **Introdução ao Antigo Testamento**. São Paulo: Edições Loyola, 2003. p. 102.

<sup>111</sup> CRAIGIE, 1976, p. 52-55.

<sup>112</sup> CRAIGIE, 1976, p. 67.

O Deuteronômio é visto como uma coletânea de discursos. Para Georg Braulik,<sup>113</sup> são “discursos de despedida de Moisés, ou seu ‘testamento’”. Os textos ‘arquivados’, foram providos de quatro ‘títulos’, que especificam a ‘categoria textual’ dos documentos que lhe são incorporados: ‘palavra’(1.1), ‘Torah’(4.44), ‘palavras de b<sup>e</sup>rit [aliança]’(28.69), ‘bênçãos (33.1)”<sup>114</sup>

O conteúdo pode ser dividido da seguinte forma: a) Retrospectiva sobre a caminhada do Horeb até Bet-Pegor (1.6-3.29); b) Parênese sobre a possibilidade de perigos na terra da promessa (4.1-40); c) Legitimação histórica da legislação no Horeb e parênese do mandamento principal da adoração exclusiva a Javé (5.11); d) Leis singulares (12-26.16); e) Ata da celebração de uma aliança/acordo (26.17-19); f) Incumbências para o tempo depois da travessia do Jordão (27); g) Bênção e maldição (28); h) Notas de como agir com a aliança/ o contrato firmado (29-30) e instalação de Josué (31); i) Cântico de Moisés (32); j) Bênção de Moisés (33) e k) Morte de Moisés.<sup>115</sup> No entanto, a ênfase do livro localiza-se nos capítulos 5 a 28, centralizando-se na lei. Como sugere o autor, os esquemas destes capítulos podem ser comparados a alguns códices de lei:<sup>116</sup>

<b>Código de Hamurabi</b>	<b>Lei deuteronômica</b>
Prólogo	5-11 “Prólogo”
Leis	12-26 corpo de leis
Epílogo (com bênção e maldição)	28 Epílogo (bênção e maldição)

Quadro 1: ZENGER, 2003, p. 98.

Nesse esquema, os capítulos 5-11 são uma introdução ao corpo de lei principal (12-26), que pode ser dividido nos seguintes blocos: 1) Direito privilegiado de Javé (12.2-16.17); 2) projeto de constituição para Israel (16.18-18.22); 3) direito penal e civil (19-25); 4) apêndice litúrgico (26.1-15).<sup>117</sup> Outra forma de entender esse conjunto de lei é a partir de um texto da aliança, ou contrato. Um exemplo a ser

<sup>113</sup> ZENGER, BRAULIK, 2003.

<sup>114</sup> ZENGER, BRAULIK, 2003, p. 98.

<sup>115</sup> ZENGER, BRAULIK, 2003, p. 98.

<sup>116</sup> ZENGER, BRAULIK, 2003, p. 98.

<sup>117</sup> ZENGER, BRAULIK, 2003, p. 99.

comparado com a lei deuteronômica é sua correspondência com os contratos de hititas com vassallos<sup>118</sup>:

<b>Contrato hititas com vassallos</b>	<b>Parte central do Dt</b>
1. Preâmbulo	
2. Prólogo histórico	5-11 Prólogo histórico e
3. Declaração fundamental	declaração fundamental
4. Determinações detalhadas	12-26 Determinações detalhadas
5. Lista de divindades como testemunhas contratuais	
6. Bênção e maldição	28 Bênção e maldição

Quadro 2: ZENGER, 2003, p. 100

Ainda que ambas as formas sejam possíveis, não é possível encontrar unidade teórica sobre o processo de formação histórica de Deuteronômio, mesmo os critérios de diferenciação, tais como a mudança da segunda pessoa do singular para a segunda pessoa plural e as palavras-chaves teológicas distribuídas aleatoriamente. A múltipla forma de leis nos capítulos 12-26 são insuficientes para se chegar a um consenso. Importante é salientar que o processo redacional o código legal em Deuteronômio (12-26), conforme Braulik, é organizado de maneira análoga aos dez mandamentos: 1° mandamento (12.2 -13.19), 2° mandamento (14.1-21), 3° mandamento (14.22-16.17), 4° mandamento (16.18- 18.22); 5° mandamento (19-21), transição para sexto mandamento (22.1-12), 6° mandamento (22.13-23,15), 7° mandamento (23.16-24,7), 8° mandamento 24.8-25.4), 9° mandamento (25.5-12), 10° mandamento (25.13-16).<sup>119</sup> Crüsemann vê apenas uma correspondência muito vaga com os dez mandamentos: apenas de maneira forçada se pode encontrar leis concernentes ao mandamento de não roubar, não dar falso testemunho, não cobiçar. Por isso, tal estrutura não seria totalmente fiel a Deuteronômio.

Segue uma forma de estruturar o texto com base nos dez mandamentos:

Elaboração dos dez mandamentos (6:1-26:15)

1. Primeiro mandamento: Não terás outros deuses (6:1-11:32)
  - a. Ame o SENHOR teu Deus (6:1-25)
  - b. Siga o Senhor ao invés das nações (7:1-26)
  - c. Não esqueça do SENHOR teu Deus (8:1-20)

<sup>118</sup> ZENGER, BRAULIK, 2003, p. 100.

<sup>119</sup> ZENGER, BRAULIK, 2003, p. 106.

- d. Não se vanglorie em sua justiça i (9:1-10:11)
- e. tema ao senhor (10:12-22)
- f. obedeça aos mandamentos do SENHOR (11:1-32)
- 2. Segundo mandamento: evite a idolatria (12:1-32)
- 3. Terceiro mandamento: evite blasfêmia (13:1-14:21)
  - a. Falsos profetas e homens idolatras (13:1-18)
  - b. Comida pura e impura (14:1-21)
- 4. Quarto mandamento: guarde o sábado (14:22-16:17)
  - a. O dízimo (14:22-29)
  - b. O ano sabático (15:1-23)
  - c. A festa da páscoa (16:1-8)
  - d. A festa das semanas (16:9-12)
  - e. A festa do tabernáculo (16:13-17)
- 5. Quinto Mandamento: autoridade humana (16:18-18:22)
  - a. Juizes (16:18-17:7)
  - b. Corte da lei (17:8-13)
  - c. O Rei (17:14-20)
  - d. Os sacerdotes e os levitas (18:1-8)
  - e. Profetas verdadeiro e falso (18:9-22)
- 6. Sexto mandamento: Matar (19:1-21:23)
  - a. cidades refúgio e testemunhas (19:1-21)
  - b. Regras de guerra (20:1-20)
  - c. Expição para assassinatos não resolvidos (21:1-9)
  - d. Casamento com uma mulher cativa (21:10-14)
  - e. Primogênitura e filhos rebeldes (21:15-21)
  - f. Sepultamento (21:22-23)
- 7. Sétimo mandamento: Adultério (22:1-23:14)
  - a. Coisas que pertencem juntas (22:1-12)
  - b. Violações maritais (22:13-30)
  - c. Pureza na Assembleia e acampamento (23:1-14)
- 8. O oitavo mandamento: Roubo (23:15-24:7)
- 9. O nono mandamento: honestidade e confiança (24:8-16)
- 10. Décimo mandamento: cobiça (24:17-26:15)
  - a. Tratar outros com equidade (24:17-25:19)
  - b. Oferenda das primícias ao SENHOR (26:1-15)<sup>120</sup>

De novo os dois pontos para separar capítulo e versículo!

Outro fator interessante é a correlação dessa lei com o código da aliança. A começar com a estrutura que inicia com a lei a respeito do altar (Dt 12; Êx 20.22-26) e no fim as leis concernente a bênção e maldição (Dt 28). Além disso, há uma repetição de uma série de leis, com certas alterações (leis de escravo e calendário). Ademais, assim como no código da aliança, encontramos leis sobre o tribunal, uso de animais pertencente a outrem.<sup>121</sup> Com isso, acredita-se que um dos códigos tinha como objetivo substituir o outro. Crüsemann é da opinião de que o código deuteronômico é posterior ao código da aliança. No entanto, como já vimos, tal afirmação não é totalmente consensual.

Quanto à autoria o autor argumenta que

<sup>120</sup> LANG, D; WARD, G; NELSON, S. **Outlines of the Bible Books**. Altamonte Springs: OakTree Software, 2015. Disponível em <accord://read/Outlines#333>. Acesso em 10 jun. 2017.

<sup>121</sup> CRÜSEMANN, 2002, p. 284.

A prosa do DT também possui parentesco com o estilo de conversação na corte e com a linguagem da literatura sapiencial, tal como certamente era cultivada entre os oficiais mais graduados. A isso se soma uma proximidade tanto de conteúdo quanto de forma com a retórica de textos legais neo-assírios, sobretudo de textos de contratos. Eles muitas vezes eram formulados de tal maneira que podiam ser apresentados em cerimônias públicas e causar impressão sobre os ouvintes. Também as partes mais antigas do Dt devem ter sido ao mesmo tempo documentos legais fixados literalmente e textos litúrgicos previsto para ser proferido numa assembleia culturais no fim do período dos reis.<sup>122</sup>

Por isso, os autores “devem ser localizados nos círculos da elite dirigente de Jerusalém, que tinham competência literária, teológica e jurídica”.<sup>123</sup> Assim, ganha peso a afirmação de uma datação tardia, de uma obra produzida no exílio ou até posteriormente, “especialmente no contexto da decidida busca pela razão e pelo motivo de uma nova codificação, esta perspectiva faz muito sentido, pois certamente o exílio representa uma profunda descontinuidade na história jurídica”<sup>124</sup> Outra possibilidade seria o surgimento do código Deuteronomico no período da reforma do rei Josias, em 622 a.C. Uma discussão mais completa pode ser encontrada no livro de Frank Crüsemann.<sup>125</sup>

#### 2.1.4 Código da Santidade

Outro código legal está localizada entre os capítulos 17-26 do livro de Levíticos. O código de santidade constitui “uma obra de teologia sacerdotal e constitui uma grandeza relativamente autônoma no âmbito de literatura sacerdotal”.<sup>126</sup> Klostermann foi quem, em 1877, associou pela primeira vez este corpo de leis à fonte sacerdotal e o designou como código da santidade devido à ênfase repetida da expressão “sede santos, pois eu sou santo, eu Javé vosso Deus”. Outra possibilidade é que esse bloco “foi formado intencionalmente a partir de materiais diversos como bloco para ser incluído em seu contexto literário”<sup>127</sup> como afirma K. Elliger. Por último, Crüsemann defende que tal unidade nunca foi concebida para ser uma unidade autônoma, antes surge desde o início dentro de um contexto sacerdotal.

<sup>122</sup> ZENGER, BRAULIK, 2003, p. 103.

<sup>123</sup> ZENGER, BRAULIK, 2003, p. 103.

<sup>124</sup> CRÜSEMANN, 2002, p. 292.

<sup>125</sup> CRÜSEMANN, 2002, p. 292-302.

<sup>126</sup> ZENGER, BRAULIK, 2003, p. 131.

<sup>127</sup> ZENGER, BRAULIK, 2003, p. 132.

Neste último caso, Crüsemann argumenta que quando o código de santidade é lido dentro de seu contexto de documento sacerdotal não é necessário a comparação com outros códigos legais para justificar sua escrita. Apesar da unanimidade quanto à época da formação do documento sacerdotal, Crüsemann é da opinião que tal unanimidade é muito vaga.<sup>128</sup> É difícil precisar se tal texto é anterior ou posterior ao exílio. Há pouca relação histórica, além disso, ao mesmo tempo em que alguns textos tonificam a relação com o santuário, anterior à restauração do templo, outros textos parecem também com um culto em funcionamento.<sup>129</sup>

A ênfase na santidade se deve ao fato do próprio Javé ser santo. Assim, no código da santidade, “santificar refere-se a um processo duplo e complementar. Significa, por um lado, retirar um objeto, um lugar, um tempo [...] de suas relações de uso ou de vida normais e profanas, a fim de, por outro lado e simultaneamente, levá-los para a presença de Deus.”<sup>130</sup> O código inspira o leitor a ser santo, com base no fato de Deus ser santo. Ele chamar Israel a participar de sua santidade (Lv 22.31-33). Seu propósito “é a resposta da história jurídica israelita ao questionamento de todas as bases anteriores sobre os quais se firmavam a tradição da Torah”.<sup>131</sup> Esse documento permite criar uma vinculação entre o culto e a lei, entre o direito e a teologia fortemente baseados na Torah.

Daniel Block divide o código da santidade da seguinte forma:

- 1) A santidade da vida (17,1-18,30)
- 2) a santidade da comunidade (19,1-20,27)
- 3) a santidade da adoração (21,1-24,23)
  - a. a santidade do sacerdócio (21,1-24)
  - b. a santidade dos presentes para Deus (22,1-33)
  - c. a santidade dos dias santos (23,1-44)
  - d. a santidade do Tabernáculo (24,1-9)
  - e. a santidade do nome divino (24,10-23)
- 4) a santidade da terra (25,1-55)<sup>132</sup>

Em seu conteúdo, o código de santidade inicia com normas a respeito do santuário e do sacrifício e conclui com as bênçãos e maldições, assim como o

<sup>128</sup> CRÜSEMANN, 2002, p. 390.

<sup>129</sup> CRÜSEMANN, 2002, p. 391.

<sup>130</sup> ZENGER, BRAULIK, 2003, p. 132-133.

<sup>131</sup> CRÜSEMANN, 2002, p. 395.

<sup>132</sup> “PENTATEUCH” BLOCK, D. I. In BRAND, C; DRAPER, C; ENGLAND, A. **Holman Illustrated Bible Dictionary**. Nashville, 2003. Disponível em <accord://read/Holman\_Dictionary#13199>. Acesso em 12 jun. 2017.

código deuteronomico (Dt 12-26) e o código da aliança (Êx 20.22-23.33). O código é, no entanto, marcado por uma diversidade de leis cujo único fio condutor é sua ênfase na santidade.<sup>133</sup> De forma genérica, o código da santidade aborda as seguintes temáticas: o sacrifício ideal (17.1-9), a proibição de comer sangue (17.10-16), relações sexuais proibidas (18), diversas leis sobre santidade (19), leis que proíbem a busca por ajuda mística (20,1-8), relações sexuais proibidas (20.9-27), leis acerca dos sacerdotes (21), leis acerca de oferendas e acerca de comer coisas santas (22), festas religiosas (23), lâmpada e pão (24.1-9), a pena do pecado da blasfêmia (24.10-23), o ano de descanso (25.1-7), o ano do jubileu (25.8-55), bênção e maldição (26) e voto e consagração de objetos (27).<sup>134</sup>

Nesse capítulo além de introduzirmos a temática da lei bíblica, analisamos, ainda que superficialmente, os blocos legais contidos no Pentateuco. Observamos que cada bloco surge de diferentes tradições teológicas e com diferentes ênfases. Além disso, cumprem um propósito específico dentro de seu contexto original. Adiante faremos uma análise sobre o crime de homicídio nas escrituras.

---

<sup>133</sup> BROWN, R. **Novo comentário Bíblico São Jerônimo**: Antigo Testamento. São Paulo: Academia Cristã; Paulus, 2007. p. 182.

<sup>134</sup> BARTON, J. **The Oxford bible commentary**. New York: Oxford University Press, 2001. p. 102-108.

## 4 LEIS SOBRE O HOMICÍDIO

O último capítulo deste trabalho visa analisar a aplicação das leis e sanções previstas em caso de homicídio. A escolha deste crime específico tem a ver com o meu interesse como pesquisador do direito, e por pensar que tal estudo abrirá novas possibilidades de pesquisa comparativa entre a lei no mundo bíblico e a lei hodierna.

Uma introdução geral aos blocos legais já foi dada no capítulo anterior. Por isso, neste capítulo enfocaremos as leis concernentes ao homicídio. O intuito não é fazer uma investigação exaustiva e minuciosa do homicídio, mas uma breve introdução ao assunto. Outrossim, como observamos nos capítulos anteriores, as próprias leis bíblicas não abarcam toda a gama de crimes praticados no Antigo Oriente Próximo. Os crimes não previstos na tradição bíblica eram submetidos aos chefes responsáveis em Israel para julgamento do caso específico. Vale ressaltar que as leis previstas nos diversos códigos, no Antigo Testamento, são em geral ramificações do decálogo.

A última seção dessa pesquisa terá como base três obras fundamentais sobre o tema. A primeira obra será o livro “Homicide in Biblical World”, da autora Pamela Barmash<sup>135</sup>. Também será utilizado o artigo de Peter Hass, “Die he shall surely die: the structure of homicide in Biblical Law”<sup>136</sup> e o livro de Jonathan Burnside, “God, Justice and Society”. O conteúdo virá de um diálogo entre as obras, durante a exposição do assunto. Qualquer deficiência no assunto é de responsabilidade minha, e não dos autores acima.

Burnside inicia seu argumento expondo seis casos modernos de homicídio, para os quais, pelas leis de hoje, seriam previstas diferentes formas de sanção, de acordo com a intenção e culpa dos autores destes crimes:

(1) Um homem espera no andaime e deixa cair um bloco de concreto sobre a sua vítima escolhida, que anda abaixo.

(2) Um terrorista faz uma explosão num shopping center para fazer uma declaração política, no decorrer da qual algumas pessoas morrem – ele não esperava a morte delas.

---

<sup>135</sup> BARMASH, P. **Homicide in Biblical World**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2005.

<sup>136</sup> HAAS, Peter. **Die he shall surely die” the structure of homicide in biblical law**. Semeia, 1989. Acesso em 13 jun. 2017.p. 67. Disponível em <<https://accordance.bible/link/read/Semeia#55352>>.

(3) Um homem é provocado por seu abusador sexual, a vítima perde o controle e mata seu atormentador.

(4) Um paciente hospitalar morre quando um tubo de uma máquina de ventilação é desligado por quatro minutos e meio, tempo durante o qual o anestesista responsável saiu para comprar um saco de batatas fritas.

(5) Um pedestre é morto porque o mau trabalho de um funcionário administrativo resultou em um sinal de trânsito mal localizado.

(6) Um motorista mata vários ciclistas quando seu carro colide com eles em uma estrada escorregadiça.<sup>137</sup>

Fica claro, ao ler cada um destes casos, que nem todo homicídio ocorre da mesma forma. Embora, o resultado final seja a morte da vítima, a forma como ocorre tal homicídio é levado em conta pelo tribunal. O que observamos nos casos supracitados é, justamente, a relação entre culpa e intencionalidade. De acordo com intenção e forma como ocorre o homicídio a lei prevê diferentes julgamentos para o autor do crime. Será o mesmo nas Escrituras? Como o Antigo Oriente entendia a relação entre intenção e culpa? Quais as penas previstas para o autor destes crimes? Estas são algumas questões que tentaremos esboçar neste capítulo. Iniciaremos nossa análise com o texto de Caim e Abel (Gn 4.1-16)

#### 4.1 Caim e Abel: A gênese do homicídio

É curioso o fato da primeira criança no mundo ser apresentada como homicida. Gênesis é conhecido como o livro das origens: origem do mundo, origem da humanidade, origem do pecado e, não obstante, trata a respeito do primeiro assassinato. A Bíblia não esconde os erros ocorridos na primeira família, o crime cometido brutalmente entre os primeiros irmãos, Caim e Abel:

Conheceu Adão a Eva, sua mulher; ela concebeu e, tendo dado à luz a Caim, disse: Alcancei do Senhor um varão. <sup>2</sup> Tornou a dar à luz a um filho - a seu irmão Abel. Abel foi pastor de ovelhas, e Caim foi lavrador da terra. <sup>3</sup> Ao cabo de dias trouxe Caim do fruto da terra uma oferta ao Senhor. <sup>4</sup> Abel também trouxe dos primogênitos das suas ovelhas, e da sua gordura. Ora,

<sup>137</sup> BURNSIDE, 2011, p. 253 (“(1) A man lies in wait on a walkway and drops a concrete block onto his chosen victim, who is walking below. (2) A terrorist blows up a shopping center in order to make a political statement, in the course of which some people die — although he believed they would not. (3) A man is taunted about his victimhood by his sexual abuser, whereupon he loses his self-control and kills his tormentor. (4) A hospital patient dies when a tube on a ventilating machine becomes disconnected for four and a half minutes, during which time the anesthetist in charge has gone out for a bag of chips. (5) A pedestrian is killed because the poor exercise of discretion by an administrative clerk has resulted in a badly located traffic sign. (6) A motorist kills a number of cyclists when his car collides with them on an icy road.”) (tradução nossa)

atentou o Senhor para Abel e para a sua oferta, <sup>5</sup> mas para Caim e para a sua oferta não atentou. Pelo que irou-se Caim fortemente, e descaiu-lhe o semblante. <sup>6</sup> Então o Senhor perguntou a Caim: Por que te iraste? e por que está descaído o teu semblante? <sup>7</sup> Porventura se procederes bem, não se há de levantar o teu semblante? e se não procederes bem, o pecado jaz à porta, e sobre ti será o seu desejo; mas sobre ele tu deves dominar. <sup>8</sup> Falou Caim com o seu irmão Abel. E, estando eles no campo, Caim se levantou contra o seu irmão Abel, e o matou. <sup>9</sup> Perguntou, pois, o Senhor a Caim: Onde está Abel, teu irmão? Respondeu ele: Não sei; sou eu o guarda do meu irmão? <sup>10</sup> E disse Deus: Que fizeste? A voz do sangue de teu irmão está clamando a mim desde a terra. <sup>11</sup> Agora maldito és tu desde a terra, que abriu a sua boca para da tua mão receber o sangue de teu irmão. <sup>12</sup> Quando lavrares a terra, não te dará mais a sua força; fugitivo e vagabundo serás na terra. <sup>13</sup> Então disse Caim ao Senhor: é maior a minha punição do que a que eu possa suportar. <sup>14</sup> Eis que hoje me lanças da face da terra; também da tua presença ficarei escondido; serei fugitivo e vagabundo na terra; e qualquer que me encontrar matar-me-á. <sup>15</sup> O Senhor, porém, lhe disse: Portanto quem matar a Caim, sete vezes sobre ele cairá a vingança. E pôs o Senhor um sinal em Caim, para que não o ferisse quem quer que o encontrasse. <sup>16</sup> Então saiu Caim da presença do Senhor, e habitou na terra de Node, ao oriente do éden.<sup>138</sup>

As grandes cidades aglomeradas de pessoas são a cada dia acometidas por casos de violências e maldades inimagináveis. É o caso de pais que matam filhos(as), filhos(as) que matam pais, crianças que entram armadas na escola e fuzilam vários de seus coleguinhas, fanáticos religiosos que atam uma bomba ao próprio corpo, matando em nome de um deus. Cada dia se observa que a vida do ser humano vale menos do que pensamos. Poucos reais são suficientes para a prática de crimes hediondos. A história de Caim e Abel relata a realidade da violência humana, do sofrimento psicológico, da doença da sociedade, dos crimes de família, entre outros. As narrativas bíblicas são narrativas a respeito da nossa própria vida. As perguntas suscitadas são semelhantes às que fazemos: Qual foi a motivação do homicídio? Houve intencionalidade? Qual a pena prevista em caso de homicídio? Pena de morte? Há outras alternativas? Quais as marcas que o assassino leva pelo resto de sua vida?

De acordo com Joseph Blenkinsopp, Gn 4.1-16 apresenta um relato mais explícito do mal moral do que a história da 'primeira desobediência humana', introduzindo pela primeira vez a linguagem paradigmática do exemplo do pecado de tirar a vida de um ser humano inocente (Gn 4.1-7)<sup>139</sup> O crime de Caim surge da ira que brota repentinamente em seu coração (v.5). O texto enfatiza a ira e o semblante caído de Caim antes de cometer o crime. O texto explicita a motivação que levou

<sup>138</sup> Cf. Gn 4.1-16 ARA

<sup>139</sup> BLENKINSOPP, J. **Creation, Un-Creation, Re-Creation: A Discursive Commentary on Genesis 1–11**. London; New York: T&T clark, 2011. p. 91.

Caim tirar a vida de seu irmão. De acordo com Gordon Wenham, a ira, na Bíblia, normalmente precede atos de homicídio<sup>140</sup> (Gn 34.7; 1 Sm 18.8; Nm 4.1; Nm 16.15). A ira de Caim nasce de um coração amargurado, pois não havia sido aceito por Deus. Por isso ele inveja a seu irmão, porque a oferta dele foi aceita.

O próprio Deus questiona o estado de espírito de Caim (v.6). O pecado surge como consequência de uma impulsividade, por sinal, o primeiro pecado relatado após a queda é, justamente, tirar a vida de alguém. Barmash chama atenção para o fato de que Deus, ao invés de dizer os motivos de não ter aceito a oferta de Caim ou criticar sua oferta, questiona sobre o estado de espírito de Caim. Deus questiona o estado de espírito de Caim antes e depois do assassinato. Após isso, Deus alerta Caim: “Porventura se procederes bem, não se há de levantar o teu semblante? e se não procederes bem, o pecado jaz à porta, e sobre ti será o seu desejo; mas sobre ele tu deves dominar.”<sup>141</sup> Caim deveria controlar sua ira a fim de não ser controlado por ela. A mesma alerta havia sido dada por Deus no Éden: “e o teu desejo será para teu marido, e ele te dominará.”<sup>142</sup> O alerta para o ser humano é que este tem a capacidade de ser senhor ou servo de seu próprio desejo.

A perícopa chega ao clímax no verso 8: Caim, estando com seu irmão no campo, se levanta contra ele e o mata. Parece que nada acontece. O texto não diz que Caim se arrependeu, ao contrário, é Deus quem procura Caim, questionando: “Onde está seu irmão?” A resposta de Caim demonstra a atitude iracunda ainda presente “Sou eu guarda do meu irmão?”. Por fim, a sanção é promulgada por Deus: Caim deveria viver na sombra de seu próprio ato pelo resto de sua vida. Todos que o encontrassem saberiam de sua ação, de seu crime. Caim será foragido de sua própria terra, deverá procurar abrigo em outro lugar. Como afirma Barmash: “O castigo de Caim é mitigado devido ao pressuposto de que todos os que cometem homicídio são susceptíveis a serem mortos por quem quer que os achar. Portanto, assassinos como Caim precisam de proteção.”<sup>143</sup> Além disso, o sangue de seu irmão estará com ele por toda sua vida. Tal expressão denota que qualquer um que o encontrasse poderia matá-lo. A vida está no sangue (Lv 17.11), então o sangue é

---

<sup>140</sup> WENHAM, G. J. **Genesis 1–15**. Vol. 1. Dallas: Word Incorporated, 1998. p. 104.

<sup>141</sup> Cf. Gn 4.7 ARA

<sup>142</sup> Cf. Gn 3.16b ARA

<sup>143</sup> BARMASH, 2005, p. 18. (“*Cain’s punishment is mitigated because of the assumption that all who commit homicide are liable to be killed by whomever they meet and, therefore, killers like Cain need protection.*”) (tradução nossa).

o mais poluidor de todas as substâncias. Conseqüentemente, os assassinatos premeditados poluem a terra sagrada, tornando-a imprópria para a presença divina. Para evitar tal catástrofe, as cidades de refúgio foram estabelecidas (Nm 35. 9-34; Dt 19. 1-13)<sup>144</sup>

Em suma, o relato de Gênesis 4 mostra a realidade da violência que ocorre devido ao rancor, ira e tristeza de alguém por se considerar rejeitado. Caim deixou que o desejo tomasse conta de seu coração. A passagem narra o primeiro homicídio como fruto da falta de autocontrole, ainda sim, Deus preocupa-se com o destino de Caim. No entanto, este deverá viver pelo resto de sua vida com as marcas de seu ato. A punição estabelecida por Deus pode parecer para muitos insatisfatória, ainda que Caim tenha recebido sobre si a punição de seu crime. O texto de Caim e Abel convida para nos aproximar-nos de outros textos que falam deste crime e perceber a atuação de Deus e de Israel para com os crimes cometidos contra a vida. Os textos legais concernentes ao homicídio que examinaremos serão: Êxodo 21.12-14, Deuteronômio 19.4-13 e Números 35.16-24.

## 4.2 Homicídio em Êxodo

<sup>12</sup> Quem ferir a um homem, de modo que este morra, certamente será morto. <sup>13</sup> Se, porém, lhe não armar ciladas, mas Deus lho entregar nas mãos, então te designarei um lugar, para onde ele fugirá. <sup>14</sup>No entanto, se alguém se levantar deliberadamente contra seu próximo para o matar à traição, tirá-lo-ás do meu altar, para que morra (Ex 21. 12-14).

O sexto mandamento do decálogo ordena claramente: “não matarás”. A princípio nos parece que qualquer tipo de assassinato é proibido. O verbo utilizado  $\text{תִּרְשׁוּהוּ}$  (*tirshoh*) não é o verbo mais utilizado para o sentido amplo de assassinato. Peter Hass<sup>145</sup> indaga: “se todos os assassinatos de seres humanos fossem proscritos, não teríamos os muitos casos em que a lei bíblica tolera ou até mesmo mandar matar”. Da mesma forma, “não encontraríamos justaposição a regras de guerra, a exigência de impor a pena de morte por certas ofensas e as regras que

<sup>144</sup> WENHAM, 1998. p. 107.

<sup>145</sup> HAAS, 1989. p. 76 (“If all killing of humans was hereby proscribed, we would not have the many instances in which Biblical law condones or even mandates killing”) (tradução nossa).

regem a vingança de sangue e as cidades de refúgio.”<sup>146</sup> Na prática, nem todos os assassinatos eram interpretados igualmente.

O verso 12 utiliza a expressão “quem ferir (*makke*) um homem”. O verbo *makke* deriva da raiz *nkh*, usado 55 vezes em sua forma flexionada, e mais de 550 vezes a partir de sua raiz. Geralmente indica o ato de ferir, machucar, bater em algo ou alguém,<sup>147</sup> sem indicação do estado de espírito da pessoa, ao contrário do verbo *rsh*, que denota um assassinato, normalmente utilizado especificamente para o ato de matar.

Burnside apresenta duas possibilidades de apresentação estrutural do texto. A primeira divisão, denominada tradicional, expõe o texto a partir de três situações<sup>148</sup>. Primeira situação: “quem ferir a um homem, de modo que este morra, certamente será morto”<sup>149</sup>. Essa situação é narrada de forma geral sem uma indicação clara do estado de espírito da pessoa. O texto não indica a possibilidade de asilo em uma cidade refúgio ou no altar de Deus para essa pessoa. A sentença é a morte.

A segunda situação: “Se, porém, lhe não armar ciladas, *mas* Deus lho entregar nas mãos, então te designarei um lugar, para onde ele fugirá”.<sup>150</sup> Isso indica um crime culposos, contudo, sem dolo ou premeditação. Nesse caso o crime será julgado como crime acidental e o autor deve recorrer a um local de refúgio apontado por Deus. Conforme R. Alan Cole:<sup>151</sup> o “hebraico *māqôm*, melhor entendido como ‘lugar santo’ (...) mostra que tal lugar é o santuário onde se encontra o altar de YHWH”. Destaquei a conjunção, mas por se tratar de um conector conjuntivo (*vav*) que gera algumas dúvidas na tradução, e poderá ser traduzido diferentemente possibilitando uma nova interpretação como veremos posteriormente. Isso indica um crime culposos, contudo, sem dolo ou premeditação. Nesse caso o crime será julgado como crime acidental e o autor deve recorrer a um local de refúgio apontado por Deus.

<sup>146</sup> HAAS, 1989. p. 77 (“we would not find juxtaposed to it rules of warfare, the requirement to impose capital punishment for certain offenses, and the rules governing blood-vengeance and cities of refuge”) (tradução nossa).

<sup>147</sup> “נכה” KOEHLER, L; BAUMGARTNER, W. **The Hebrew and Aramaic Lexicon of the Old Testament**. Leiden: Brill, 2000. Disponível em <<https://accordance.bible/link/read/HALOT#12044>>. Acesso em 15 maio 2017.

<sup>148</sup> BURNSIDE, 2011, p. 255.

<sup>149</sup> Cf. Ex 21.12 ARA.

<sup>150</sup> Cf. Ex 21.13 ARA.

<sup>151</sup> COLE, R.A. **Êxodo**: Introdução e comentário. São Paulo: Vida Nova, 2008.

A terceira situação exposta: “se alguém se levantar deliberadamente contra seu próximo para o matar à traição, tirá-lo-ás do meu altar, para que morra”.<sup>152</sup> Nesse caso, pressupõe-se um crime com dolo e premeditado. Por isso, a pena deve ser de morte. Um lugar no altar é providenciado para o autor do crime, de acordo com Durham:<sup>153</sup>

O santuário no altar era uma medida temporária (...) até que a inocência ou a culpa do fugitivo pudessem ser demonstradas. Quando as reivindicações de inocência do fugitivo foram vindicadas, ele seria livre para ir embora (1 Rs 1.50-53). Quando fosse considerado culpado, como aqui, era arrastado do altar e executado.

Outra possibilidade de estruturar o texto dividi-lo em quatro situações. A única mudança, nesse caso, é que o versículo 13 seria dividido em duas partes: “Se, porém, lhe não armar ciladas, *ou* Deus lhe entregar nas mãos”. Nessa divisão, a primeira instância refere-se a crimes cometidos no calor do momento, enquanto a segunda parte, a crimes acidentais. Para ambos são estabelecidos lugares no altar como refúgio pelo crime.

#### 4.3 Homicídio em Deuteronômio

<sup>4</sup> Este, pois é o caso no tocante ao homicida que se acolher ali para que viva: aquele que involuntariamente matar o seu próximo, a quem dantes não odiava; <sup>5</sup> como, por exemplo, aquele que entrar com o seu próximo no bosque para cortar lenha e, pondo força na sua mão com o machado para cortar a árvore, o ferro saltar do cabo e ferir o seu próximo de sorte que venha a morrer; o tal se acolherá a uma dessas cidades, e viverá; <sup>6</sup> para que o vingador do sangue não persiga o homicida, enquanto estiver abrasado o seu coração, e o alcance, por ser comprido o caminho, e lhe tire a vida, não havendo nele culpa de morte, pois que dantes não odiava o seu próximo. <sup>7</sup> Pelo que eu te deu esta ordem: Três cidades designarás para ti. <sup>8</sup> E, se o Senhor teu Deus dilatar os teus termos, como jurou a teus pais, e te der toda a terra que prometeu dar a teus pais <sup>9</sup> (quando guardares, para o cumprires, todo este mandamento que eu hoje te ordeno, de amar o Senhor teu Deus e de andar sempre nos seus caminhos), então acrescentarás a estas três, mais três cidades; <sup>10</sup> para que não se derrame sangue inocente no meio da tua terra, que o Senhor teu Deus te dá por herança, e não haja sangue sobre ti. <sup>11</sup> Mas se alguém, odiando a seu próximo e lhe armando ciladas, se levantar contra ele e o ferir de modo que venha a morrer, e se acolher a alguma destas cidades, <sup>12</sup> então os anciãos da sua cidade, mandando tirá-lo dali, o entregarão nas mãos do vingador do sangue, para

<sup>152</sup> Cf. Ex 21.14

<sup>153</sup> DURHAM, J. I. **Exodus**. Vol. 3. Dallas: Word Incorporated, 1998. p. 322–323. Disponível em Logos Bible Software (“*Sanctuary at the altar was a temporary measure (...) until the innocence or guilt of the fugitive could be demonstrated. When the fugitive’s claims of innocence were vindicated, he was free to go (1 Kgs 1:50–53). When he was found guilty, as here, he was dragged from the altar and executed.*”) (tradução nossa).

que morra.<sup>13</sup> O teu olho não terá piedade dele; antes tirarás de Israel o sangue inocente, para que te vá bem (Dt 19.4-13).

Chegamos a outro texto paradigmático concernente ao crime de assassinato. Basicamente o texto de Deuteronômio concorda com o texto de Êxodo. Em ambos os casos se pressupõe um assassinato premeditado e outro accidental. Em Deuteronômio as expressões “aquele que acidentalmente” e “a quem antes não odiava” demonstram a falta de intencionalidade do criminoso. A prescrição segue com um exemplo, no qual duas pessoas estão em um bosque e o machado de uma atinge acidentalmente a outra. Aquele que matou deve procurar refúgio em uma das cidades designadas para acolher o criminoso que acidentalmente matou o outro. Ao contrário do texto de Êxodo, não é Deus quem lhe entregou nas mãos e o altar não é o lugar do refúgio. Tal prescrição serve, a princípio, para dois propósitos: proteger o criminoso do vingador de sangue (*gō'el haddom*) a fim de que este não o persiga e o mate a caminho da cidade refúgio, e punir pelo homicídio culposo. A cidade refúgio é também uma forma mostrar que o criminoso deve ser penalizado por suas ações, ainda que não tivera intenção no crime.<sup>154</sup>

Dois elementos novos introduzidos são o vingador de sangue e a cidade refúgio.

O termo *gō'el*, de acordo com o dicionário teológico Holman, é uma palavra que significa redentor. Um redentor era alguém que restabelecia a pessoa à sua condição anterior, se uma pessoa havia se tornado escrava por conta de uma dívida, o redentor comprava o escravo e retornava a pessoa à liberdade.<sup>155</sup> O termo colocado com o sangue tende a designar um vingador de sangue, alguém que retornaria e exterminaria o mal a fim de estabelecer o bem.

O vingador de sangue é normalmente associado a algum familiar da vítima, do qual se esperava que vingasse o sangue de seu parente. Outra possibilidade é que o vingador de sangue fosse um oficial apontado pelos anciãos da cidade no qual ocorreu o crime, ou este poderia ser o responsável por trazer o culpado perante a

<sup>154</sup> BURNSIDE, 2011, p. 259

<sup>155</sup> MCINTOSH, D. **Deuteronomy**. Max Anders, vol. 3, of Holman Old Testament Commentary. Nashville: B & H Publishing Group, 2002. p. 237. Disponível em <[https://accordance.bible/link/read/Holman\\_Bible\\_Commentary#10397](https://accordance.bible/link/read/Holman_Bible_Commentary#10397)> . Acesso em 20 jun. 2017. “A redeemer was one who paid a price to return a person to his previous condition. If a person had become a slave to pay off debts, the redeemer bought the enslaved person out of slavery and returned him to freedom.” (tradução nossa).

corde da cidade.<sup>156</sup> Anthony Phillips aponta quatro evidências para demonstrar que o vingador era um representante dos anciões da cidade local: 1. Há falta de evidências de que a vingança de sangue era feita contra os próprios israelitas; 2. O sangue era propriedade exclusiva de Javé, por isso, redimir o sangue era função de Javé e não da família; 3. Não há razões de relacionar *gō`el* e *gō`el haddom* como sendo as mesmas pessoas; 4. *gō`el haddom* aparece apenas em relação às cidades. Por isso, deve ter uma íntima relação com elas.<sup>157</sup>

Assim, “como resultado o vingador de sangue (termo que aparece, apenas, em contexto das cidades refúgios) poderia ser apontado pelo governo para servir a necessidade tanto da cidade quanto da família apreendendo o acusado e levando-o a sentença caso o veredito fosse a morte.”<sup>158</sup> A ação de um vingador de sangue está ligado à vivência de uma identidade tribal, no qual a ação contra um dos membros desta tribo é a ação contra toda a tribo. Como afirma Barmash<sup>159</sup> “a vingança de sangue era um mecanismo legal que assegurava tanto a reparação do que estava errado e controlava a violência para um nível tolerável na comunidade.” Os limites da ação do vingador eram as cidades refúgio.

Em geral, o refúgio ocorria em lugares que protegiam legalmente o criminoso que havia matado acidentalmente, do vingador de sangue. Julius Wellhausen<sup>160</sup> acredita que, historicamente, o lugar de refúgio é alterado. Assim ele propõe que:

os santuários eram os lugares de asilo: um fugitivo entraria em um santuário e seguraria nos chifres do altar, obtendo proteção de um vingador em perseguição, de acordo com a evidência de Êxodo 21: 13-14 e 1 Rs 2:28. Então, durante a reforma do Deuteronomio no século VII a.c, a fim de prevenir a perda da instituição de asilo quando os altares foram abolidos, Josias nomeou cidades refúgio especiais (Dt 19: 1-13). Wellhausen conclui

<sup>156</sup> CHRISTENSEN, D. L.. *Deuteronomy 1–21:9*. Vol. 6A. Dallas: Word Incorporated, 2001. p. 422. Disponível em Logos Bible Software

<sup>157</sup> BARMASH, 2005, p. 51

<sup>158</sup> WALTON, 2000 p. 191-192. Disponível em <[https://accordance.bible/link/read/IVP-OT\\_Commentary#2205](https://accordance.bible/link/read/IVP-OT_Commentary#2205)>. Acesso em 20 jun. 2018. (“As a result, the “avenger of blood” (a term which appears only in the context of the cities of refuge) may have been appointed by the government to serve the needs of both the family and the state by apprehending the accused and then carrying out the sentence if the verdict was murder.”)(tradução nossa)

<sup>159</sup> BARMASH, 2005, p. 23 (“blood feud is a legal mechanism that both assures the redress of wrongs and controls the violence to a level tolerable in a community.”) (tradução nossa)

<sup>160</sup> BARMASH, 2005, p. 71 (“sanctuaries were places of asylum: A fugitive would enter a sanctuary and take hold of the horns of the altar, obtaining sanctuary from an avenger in hot pursuit, according to the evidence of Exod 21:13–14 and 1 Kgs 2:28. Then, during the Deuteronomic reform in the seventh century b.c.e., in order to prevent the loss of the institution of asylum when local altars were abolished, Josiah appointed special cities of refuge (Deut 19:1–13). Wellhausen concludes that the Priestly legislator affirmed this arrangement and specified six cities of refuge, three on each side of the Jordan (Num 35:9–34; Josh 20:1–9) (tradução nossa).

que o sacerdote legislador afirmou este acordo e especificou seis cidades de refúgio, três de cada lado do Jordão (Num 35: 9-34; Js 20: 1-9).

No entanto, Barmash<sup>161</sup> argumenta que nem o código da aliança nem o texto de Deuteronômio 19 ou Números 35 corroboram a mudança do altar para as cidades refúgios e que não é possível afirmar a troca com base na monarquia. Ao contrário, ela acredita que os textos mostram uma continuidade da cidade de refúgio como local de proteção. Para ela:

não existe nenhum texto que retrata as cidades de refúgio como uma inovação radical, não podemos determinar se as cidades de refúgio sempre faziam parte do sistema legal israelita como refletido na Bíblia ou se eles eram um desenvolvimento de refúgio do santuário.<sup>162</sup>

O fato de Deus designar seis cidades para refúgio sugere a possibilidade do criminoso que não teve intenção de seu crime achar um local de refúgio nas proximidades de onde o crime ocorreu. A terra deve ser dividida em regiões, a para que o assassino ache efetivamente um refúgio. Isso sugere que Deus não esperava a pena capital para casos de assassinato por acidente. Ao contrário, entende-se que caso o vingador de sangue achasse o criminoso, o sangue alcançaria a terra e a poluiria.

Outra situação narrada pelo texto de Deuteronômio 19 é o caso de cidades armadas propositalmente. Aqui o autor sugere que o criminoso odeia o seu próximo e se levanta contra ele. Se este procurar refúgio em uma das cidades, mas for achado culpado, os anciãos devem entregá-lo aos vingadores de sangue para que fosse feita justiça pelo sangue derramado inocentemente. Neste caso, o crime deve ser julgado de acordo com sua gravidade: o que tirou a vida intencionalmente deve também dar sua própria vida.

#### 4.4 Homicídio em Números

<sup>16</sup> Mas se alguém ferir a outrem com instrumento de ferro de modo que venha a morrer, homicida é; e o homicida será morto. <sup>17</sup> Ou se o ferir com uma pedra na mão, que possa causar a morte, e ele morrer, homicida é; e o homicida será morto. <sup>18</sup> Ou se o ferir com instrumento de pau na mão, que possa causar a morte, e ele morrer, homicida é; será morto o homicida. <sup>19</sup> O

<sup>161</sup> BARMASH, 2005, p. 80

<sup>162</sup> BARMASH, 2005, p. 80 (“there are no texts that depict the cities of refuge as a radical innovation, we cannot determine whether cities of refuge were always part of the Israelite legal system as reflected in the Bible or whether they were a development from sanctuary refuge.”) (tradução nossa).

vingador do sangue matará ao homicida; ao encontrá-lo, o matará.<sup>20</sup> Ou se alguém empurrar a outrem por ódio ou de emboscada lançar contra ele alguma coisa de modo que venha a morrer,<sup>21</sup> ou por inimizade o ferir com a mão de modo que venha a morrer, será morto aquele que o feriu; homicida é. O vingador do sangue, ao encontrá-lo, o matará.<sup>22</sup> Mas se o empurrar acidentalmente, sem inimizade, ou contra ele lançar algum instrumento, sem ser de emboscada,<sup>23</sup> ou sobre ele atirar alguma pedra, não o vendo, e o ferir de modo que venha a morrer, sem que fosse seu inimigo nem procurasse o seu mal,<sup>24</sup> então a congregação julgará entre aquele que feriu e o vingador do sangue, segundo estas leis (Nm 35. 16-24 ARA).

O texto de Números é parecido com os textos analisados anteriormente. A divisão binária entre crimes premeditados e crimes não premeditados aparece novamente. Em Números os casos são ampliados e há uma maior exemplificação de casos, no qual o assassino deve morrer e casos no qual deve ir para a cidade refúgio. De acordo com Barmash, os crimes se dividem em três categorias (quais as três?): crimes premeditados, no qual, o criminoso deve ser condenado à morte; crimes cometidos no calor do momento e acidentalmente, no qual, o criminoso deve ter a oportunidade de ir à cidade refúgio<sup>163</sup>. O texto está configurado em forma de quiasmo:<sup>164</sup>

- A     Ou se o ferir com uma pedra na mão, que possa causar a morte, e ele morrer, homicida é; e o homicida será morto
- B     Ou se alguém empurrar a outrem por ódio ou de emboscada lançar contra ele alguma coisa de modo que venha a morrer
- C     ou por inimizade o ferir com a mão de modo que venha a morrer, será morto aquele que o feriu; homicida é. O vingador do sangue, ao encontrá-lo, o matará
- C'    Mas se o empurrar acidentalmente, sem inimizade,
- B'    ou contra ele lançar algum instrumento, sem ser de emboscada
- A'    ou sobre ele atirar alguma pedra, não o vendo, e o ferir de modo que venha a morrer, sem que fosse seu inimigo nem procurasse o seu mal

O quiasmo revela uma série de crimes cometidos (A, B, C) nos quais o criminoso é considerado como homicida. A série segue com a seguinte lógica: “homicida é + consequência”. Em sequência os mesmos crimes são cometidos: se o empurrar, se lançar algum instrumento, se atirar alguma pedra. No entanto, é acrescido as seguintes condições: “acidentalmente, sem ser emboscada, não o

<sup>163</sup> BURNSIDE, 2011, p. 260.

<sup>164</sup> BURNSIDE, 2011, p. 261.

vendo.” O resultado é que as penas para os crimes são diferentes, de acordo com a intenção de quem comete o assassinato.

Se o homicida involuntário fosse levado à congregação e fosse julgado como inocente pela congregação, o vingador deveria deixá-lo em paz e o homicida involuntário deveria morar na cidade até a morte do sumo sacerdote.<sup>165</sup> A punição do homicida involuntário é o exílio em uma cidade refúgio. A vida nestas cidades era, provavelmente, normal, com exceção da proibição de deixar a cidade. O homicida não poderia sair da cidade, sendo livre após a morte do sumo sacerdote. Burnside argumenta que há inúmeras razões porque o criminoso deve ficar em uma cidade refúgio: 1. A pena é arbitrária, pois depende da morte do sumo sacerdote, o que faz o povo depender da justiça de Deus, pois é ele quem controla a vida;<sup>166</sup> 2. A morte de um sumo sacerdote é oportunidade de anistia. Exemplo disso é Moisés, que mata um homem no calor do momento e precisa fugir para Midiã, para que não lhe tirassem a vida. Moisés permanece sob supervisão de Jetro, um sacerdote, considerado como homem de Deus. Somente após a morte do faraó Moisés retorna para o Egito;<sup>167</sup> 3. A morte de um sumo sacerdote tem resultados expiatórios<sup>168</sup>. Ao que tudo indica, e de acordo com a crença no Talmud<sup>169</sup>, havia a crença de que a morte de um ser humano poderia expiar o pecado do povo. A mesma crença percorre o Novo Testamento sobre Jesus, considerado como um sumo sacerdote que ofereceu “seu próprio sangue, entrou uma vez por todas no santo lugar, havendo obtido uma eterna redenção”<sup>170</sup>

Outro acréscimo ao texto de Números é o fato de que o testemunho de duas ou mais pessoas era o suficiente para condenar alguém.<sup>171</sup> Caso apenas uma pessoa testemunhasse, o homicida sairia ileso. De acordo com Barmash,<sup>172</sup> as testemunhas poderiam reportar a forma do assassinato, os instrumentos utilizados e o relacionamento do homicida com a vítima. Em caso de assassinatos feitos àsa escondidas, a lei previa que uma maldição fosse lançada sobre o homicida.<sup>173</sup>

---

<sup>165</sup> Cf. Nm 35. 25 ARA.

<sup>166</sup> BURNSIDE, 2011, p. 269.

<sup>167</sup> BURNSIDE, 2011, p. 269.

<sup>168</sup> BURNSIDE, 2011, p. 270.

<sup>169</sup> MAKKOTH 11b.

<sup>170</sup> Cf. Hb 9.12 ARA.

<sup>171</sup> Cf. Nm 35.30 ARA.

<sup>172</sup> BARMASH, 2005, p. 123.

<sup>173</sup> Cf. Dt 27.24 ARA.

Além disso, Burnside sugere duas formas pelas quais um homicida poderia escapar da punição de um assassinato: resgate e perdão. Êxodo 21.28-30 prevê casos nos quais o assassino poderia sair ileso por meio de resgate: “Se lhe for imposto resgate, então dará como redenção da sua vida tudo quanto lhe for imposto”.<sup>174</sup> O pagamento ocorria por meio de dinheiro pago para o parente. No entanto, ao que parece, tal forma de resgatenão era possível em uma cidade refúgio: “também não aceitareis resgate por aquele que se tiver acolhido à sua cidade de refúgio, a fim de que ele possa tornar a habitar na terra antes da morte do sumo sacerdote.”<sup>175</sup> Outra forma de escape é o perdão real. 2 Samuel 14 narra a história de uma mulher de Tecoa, que, convencida por Joabe, vai ao rei Davi chorando a morte de seu filho. A mulher clamava para que Davi concedesse o perdão para seu filho, pois seu marido havia morrido, e seu filho havia matado seu outro filho em uma briga. Por isso, temia que seus parentes (vingadores de sangue) tirassem a vida de seu único herdeiro. A mulher é ordenada a ir para sua casa, pois o rei julgaria em seu favor. Não há indícios de uma cidade refúgio ou altar. O crime parece ter sido proveniente do calor do momento, e ao homicida é dado perdão.

por fim, gostaria de citar duas outras categorias de assassinato até agora não citadas. O primeiro caso é o caso de um homicida involuntário, que a caminho da cidade refúgio é encontrado pelo vingador de sangue e morto. Nesse caso, embora não seja considerado um crime, não é tolerado por Deus e por Israel, pois se trata de um ato que polui a terra que Deus com sangue inocente.<sup>176</sup> O último caso são as formas de assassinatos legais, como é o caso de execuções sob ordem da corte ou em caso de guerra.<sup>177</sup> Em tais casos, a execução é totalmente aceita, e por vezes atribuídas à própria vontade de Deus.

Em suma, neste capítulo abordamos a aplicação da lei em casos de homicídio no Antigo Testamento. Os textos que nortearam nossa reflexão foram a narrativa de Caim e Abel e os textos legais sobre homicídio (Êxodo 21.12-14 Deuteronômio 19.4-13 e Números 35.16-24). Em geral, observamos que o homicídio é caracterizado de acordo com a intencionalidade e premeditação dos crimes. Haas sintetiza as formas de homicídio encontradas no Pentateuco:

---

<sup>174</sup> Cf. Dt 21.30 ARA.

<sup>175</sup> Cf. Nm 35.32 ARA.

<sup>176</sup> Cf. Dt 19.10 ARA.

<sup>177</sup> HAAS, 1989, p. 79.

A análise mostra que as leis do Pentateuco sobre homicídio estão divididas em duas categorias claras e uma categoria intermediária. As duas categorias extremas são: (1) assassinato premeditado (*מצד*), que é um mal e produz culpa pelo sangue, e (2) assassinatos com mandato social (guerra, execuções ordenadas por tribunal) que são bons e, portanto, não produzem culpa pelo sangue. No meio, há casos que são considerados ruins, mas ainda não produzem culpa de sangue (homicídio acidental, vingador de sangue matando um homicida fora da cidade de refúgio)<sup>178</sup>

Nosso trabalho sobre homicídio não está finalizado. Esta é apenas uma pesquisa preliminar que nos ajuda a entender quais as resoluções previstas em lei, no Pentateuco, para casos de homicídio. Verificou-se que o homicídio pode ser entendido a partir de três categorias: 1. O homicídio doloso, no qual o assassino teve a intenção de matar e premeditou o assassinato, e por isso é julgado com a pena capital; 2. Homicídio involuntário, no qual o homicida mata acidentalmente ou no calor da emoção: a pena para estes casos previa um lugar de refúgio até a morte do sumo sacerdote; 3. Homicídio legal: nestes casos a lei protegia aos assassinos como no caso do vingador de sangue ou em caso de guerra.

---

<sup>178</sup> HAAS, 1989, p. 67. (*This study applies recent developments in the academic study of law, in particular structuralism and the anthropology of law, to the Pentateuchal laws of homicide. The analysis shows that the Pentateuchal laws of homicide know of two clear-cut categories and an intermediate category. The two extreme categories are: (1) premeditated murder (*מצד*) which is bad and produces blood-guilt, and (2) socially mandated killings (warfare, court-ordered executions) which are good and so produce no blood-guilt. In between are cases which are deemed bad, but yet produce no blood-guilt (accidental manslaughter, killing a manslayer outside the city of refuge*) (tradução nossa).

## 5 CONCLUSÃO

A pesquisa elaborada é um estudo preliminar sobre a lei no Pentateuco e sua aplicação aos casos de homicídio citados na Escritura do Antigo Testamento. Em cada capítulo procurou-se identificar os principais aspectos da lei. De forma geral esse trabalho se dividiu em três partes: Características da lei bíblica, a lei bíblica nos blocos legais, e uma análise da lei bíblica aplicada ao homicídio.

Na primeira parte, primeiro abordamos de forma genérica uma breve definição da lei bíblica, em sequência, foi identificado dez características principais da lei bíblica no Pentateuco: A lei bíblica é similar à lei do Antigo Oriente Próximo; a lei bíblica é diferente da lei do Antigo Oriente Próximo; a lei bíblica não é como a lei moderna; a lei bíblica está atrelada à história do envolvimento de Deus com a humanidade; a lei bíblica é parte integral da vocação de Israel; a lei bíblica é didática e incompleta; a lei bíblica depende da retórica e da arte literária para transmitir o significado; a lei bíblica recebe novas expressões, conforme Deus faz mais para Israel; a lei bíblica é expressão de sabedoria e a lei bíblica é relacional. A partir disso prosseguimos nosso estudo para uma análise da lei bíblica em cada bloco legal.

O segundo capítulo trouxe uma análise mais densa de cada bloco legal no Pentateuco: decálogo (Ex 20:1-17; Dt 5:1-21), o código da aliança (Ex 20:22- 23:33), o código de Deuteronômio (Dt 12-26) e o código da santidade. Cada seção trouxe informações preciosas a respeito do contexto histórico, literário e social de cada bloco legal. A análise, embora introdutória, trouxe as principais estruturas, divisões e conteúdos da lei bíblica.

Por fim, foi efetuado uma análise das leis bíblicas aplicadas ao caso de homicídio no Pentateuco. Chegou-se à conclusão de que a lei bíblica distingue entre três formas de assassinato: homicídio premeditado, homicídio ocorrido no calor do momento e acidental. A lei do Pentateuco está preocupada com os níveis de culpabilidade e intencionalidade do autor. Estudamos como o altar e as cidades refúgios procuravam, ao mesmo tempo, o controle da violência e um julgamento digno ao homicida involuntário (seja pelo calor do momento ou acidentalmente). Por outro lado, os casos de homicídio voluntário e premeditado deveriam ser julgados sem impunidade e com severidade.

Entender como as Escrituras caracterizam a sociedade do Antigo Testamento, nos ajudará a aplicar melhor as regras ali estabelecidas, sem nos prender a um conhecimento míope e distorcido. As leis do Antigo Testamento nunca foram cegas e desprovidas de critérios. Antes, para cada tipo de crime havia sentenças aplicadas. Ainda que não se tenha um código complexo e abrangente, como possuímos hoje, as leis sempre permitiram nortear uma vivência em comunidade mais segura e com maior liberdade. As noções de legalidade, liberdade, violência, criminalidade, justiça social, dentre outros temas, são de grande importância para a história de Israel e a fé em Deus. Nos dias atuais, podemos ampliar tal pesquisa com a ajuda de pesquisas feitas na área da teologia pública sobre temas correlato aos abordados acima.

Reconheço a fragilidade deste trabalho diante do pouco tempo de pesquisa e demanda pessoal, e que ainda há um grande campo a ser desbravado no estudo sobre a lei bíblica. Esta análise poderá ser ampliada, no futuro, com o estudo da lei bíblica em outros períodos e literaturas do mundo antigo, chegando até a época de Jesus. Além disso, poderá ser observada a forma como Jesus lidava com a lei, e como os escritos neotestamentários interpretaram a lei bíblica, e se foram influenciados pelo império romano e mundo grego. Por fim, faltou-nos também uma ampla conexão e comparação com as leis do mundo moderno e com o direito, para verificar se, de alguma forma, nossas leis foram/são influenciadas pelo mundo da Bíblia.

## REFERÊNCIAS

A BÍBLIA Sagrada. Tradução João Ferreira de Almeida. Ed. rev. e atual. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1997.

ANDIÑACH, P, R. **O Livro do Êxodo**: Um comentário exegético-teológico: São Leopoldo: Sinodal, 2010.

BARMASH, P. **Homicide in Biblical World**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2005.

BARTON, J. **The Oxford bible commentary**. New York: Oxford University Press, 2001.

BLENKINSOPP, J. **Creation, Un-Creation, Re-Creation**: A Discursive Commentary on Genesis 1–11. London; New York: t&t clark, 2011. Disponível em Logos Bible Software. Acesso em 20 jun. 2017.

BLOCK, D. **Holman Illustrated Bible Dictionary**, s.v. “PENTATEUCH,” paragraph 13199. Disponível em <accord://read/Holman\_Dictionary#13199>. Acesso em 18 de ago. 2017.

BROWN, F; DRIVER, S.R; BRIGGS, C. A . **A Hebrew and English Lexicon of the Old Testament**. Oxford: Clarendon, 1907. Disponível em <accord://read/BDB#11688>. Acesso em 20 jun. 2017.

BROWN, R. **Novo comentário Bíblico São Jerônimo**: Antigo Testamento. São Paulo: Academia Cristã; Paulus, 2007. Comentário São Jerônimo, 2007.

BURGE. G. M. In GREEN, J.B. **Dictionary of Jesus and the Gospels**. Downers Grove: Intervarsity Press, 2013. Disponível em <accord://read/IVP-Jesus\_&\_Gospels\_2#2749>. Acesso em 20 jun. 2017.

BURNSIDE, Jonathan. **God, Justice and Society**: aspect of law and legality in the bible. New York: Oxford, 2011.

CHABAD. Disponível em <[http://www.chabad.org/library/article\\_cdo/aid/705353/jewish/The-Shema.htm](http://www.chabad.org/library/article_cdo/aid/705353/jewish/The-Shema.htm)>: Acesso em 20 jun. 2017.

CHRISTENSEN, D. L. **Deuteronomy 1–21:9**. Vol. 6A. Dallas: Word Incorporated, 2001. Disponível em Logos Bible Software. Acesso em 20 jun. 2017.

COCHRAN JR, Robert F; VANDRUNEN, DAVID (Eds.). **Law and the Bible**: Justice, Mercy and legal institutions. Downers Grove: InterVarsity Press, 2013.

COLE, R.A. **Êxodo**: Introdução e comentário. São Paulo: Vida Nova, 2008.

CRAIGIE, P.C. **The book of Deuteronomy: The New International commentary of the New Testament.** Grand Rapids, MI: Wm. B. Eerdmans Publishing Co. 1976.

CRÜSEMANN, F. **A Torá: Teologia e história social da lei do Antigo Testamento.** Petrópolis: Vozes, 2002

\_\_\_\_\_. **Preservação da liberdade: o decálogo numa perspectiva histórico-social.** São Leopoldo: Sinodal: Centro de Estudos Bíblicos, 1995.

DANKER, F. W. **A Greek- English Lexicon of the New Testament and other early Christian Literature.** 3 ed. Chicago: Chicago Press, 2000. Disponível em <Accordance Bible Software>. Acesso em 20 jun. 2017.

DILLARD, R.B; LONGMAN, T. **Introdução ao Antigo Testamento.** São Paulo: Vida Nova, 2006.

DURHAM, J. I. **Exodus.** Vol. 3. Dallas: Word Incorporated, 1998. p. 322–323. Disponível em Logos Bible Software. Acesso em 10 jun. 2017.

ESTADÃO. Disponível em <<http://infograficos.estadao.com.br/cidades/criminalidade-bairro-a-bairro/>>. Acesso em 10 jun. 2017.

GREENGUS, S. **Law: Biblical and ANE Law.** Em FREEDMAN, D. N (Org.) *The Anchor Yale Bible Dictionary.* New York: Doubleday, 1992.

HAAS, Peter. **Die he shall surely die” the structure of homicide in biblical law.** Semeia, 1989. Disponível em <Accordance Bible Software>. Acesso em 10 jun. 2017.

HALTON, J. C. In MCCONVILLE, J. G; BODA, M. **Dictionary of the Old Testament: Prophets.** Downers Grove: Intervarsity Press. 2012. Disponível em <[accord://read/IVP-Prophets#4545](http://accordance.bible/read/IVP-Prophets#4545)> . Acesso em 10 jun. 2017.

IPEA. Disponível em <[http://ipea.gov.br/portal/images/170605\\_infografico\\_atlas\\_violencia.pdf](http://ipea.gov.br/portal/images/170605_infografico_atlas_violencia.pdf)>. Acesso em 10 jun. 2017.

JOHNSON, B. Law in the Hebrew Bible. In: BARRY, J.D; BOMAR, D; BROWN D. R (Orgs.). **The Lexham Bible Dictionary.** Bellingham, WA: Lexham Press, 2016. Disponível em <Logos Bible Software>

KEIL, C. F; DELITZSCH F. **Commentary on the Old Testament,** Accordance electronic ed. 10 vols. Peabody: Hendrickson Publishers, 1996. Disponível em <Accordance Bible Software>. Acesso em 10 jun. 2017.

KOEHLER, L; BAUMGARTNER, W. **The Hebrew and Aramaic Lexicon of the Old Testament.** Leiden: Brill, 2000. Disponível em <<https://accordance.bible/link/read/HALOT#12044>>. Acesso em 10 jun. 2017.

KOHLBERGER/MOUNCE Concise Hebrew-Aramaic Dictionary of the Old Testament, s.v. "l,." Disponível em <Accordance Bible Software>. Acesso em 10 jun. 2017.

LANG, D; WARD, G; NELSON, S. **Outlines of the Bible Books**. Altamonte Springs: OakTree Software, 2015. Disponível em <Accordance Bible Software>. Acesso em 10 jun. 2017.

MARSHALL, Jay M. **Israel and the Book of the Covenant**: an anthropological approach to biblical law. Atlanta: Scholars Press, 1993.

MATTHEWS, V. H. In FREEDMAN. D, N. **Eerdmans Dictionary of the Bible**. Eerdmans. 2000. Disponível em <Accordance Bible Software>. Acesso em 10 jun. 2017.

MCINTOSH, D. **Deuteronomy**, ed. Max Anders, vol. 3 of Holman Old Testament Commentary. Nashville: B & H Publishing Group, 2002. Disponível em <Accordance Bible Software>. Acesso em 10 jun. 2017.

RÖMER, T; MACCHI, J; NIHAN ,C. **Antigo Testamento**: história, escritura e teologia. São Paulo Loyola, 2004.

SANDERS, E. P. (1992). **Law**: Law in Judaism of the NT Period. In: FREEDMAN. D. N. (Org.), *The Anchor Yale Bible Dictionary* New York: Doubleday. Disponível em <Logos Bible Software>. Acesso em 10 jun. 2017.

SCHECHTER, S. **Aspects of rabbinic theology**. Vermont: Jewish Lights, 1999.

SCHMIDT, W. **Introdução ao Antigo Testamento**. São Leopoldo: Sinodal, 2013.

SETERS, J. V. **A law for the book of diaspora**: revision on the study of the covenant code. New York: Oxford University Press, 2003.

SHEPPARD, G. T. **Eerdmans Dictionary of the Bible**, s.v. "BIBLE," 178. Disponível em <accord://read/Eerdmans\_Dictionary#467>. Acesso em 10 jun. 2017.

STARK, J. D. *Law in Second Temple Judaism*. In: BARRY J; D., BOMAR. D.; BROWN, D. R et all (Orgs.). **The Lexham Bible Dictionary**. Bellingham, WA: Lexham Press. 2016

THE COMPLETE WORD STUDY DICTIONARY: Old Testament, s/v, n. 746.

WALTON, John H; MATTHEWS, Victor H; CHAVALAS, Mark W. **The IVP Bible Background Commentary**: Old Testament. Downers Grove: InterVarsity Press, 2000. Disponível em <Accordance Bible Software>. Acesso em 10 jun. 2017.

WENHAM, G. J. **Genesis 1–15 .Vol. 1**. Dallas: Word Incorporated,1998. Disponível em <Logos Bible Software.> Acesso em 10 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. In the Old Testament. In: WOOD, D. R. W, MARSHALL I. H, et al (Orgs.) **New Bible dictionary**. Leicester, England; Downers Grove, IL: InterVarsity Press. 1996.

ZENGER, E; BRAULIK, G; et al. **Introdução ao Antigo Testamento**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.